

ACADEMIA MILITAR

GENERAL

JOSÉ AUGUSTO SIMAS MACHADO

(1859 – 1927)

PATRONO DO CURSO DE ENTRADA

NA ACADEMIA MILITAR

NO ANO LETIVO

2016/2017

Trabalho realizado por:

Tenente-Coronel de Infantaria, Rui Manuel Proença Bonita Velez
Academia Militar, Setembro de 2016

PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTOS:

CENTRO DE AUDIOVISUAIS DO EXÉRCITO/SECÇÃO DE ARTES GRÁFICAS

GENERAL
JOSÉ AUGUSTO SIMAS MACHADO¹
(1859 – 1927)



¹ Bonifácio, Luís (2004), *Biografia - Simas Machado*, Benavente. Disponível: <http://cartasportuguesas.blogspot.pt/2004/11/biografia-simas-machado.html>. Consultado em 21 de Junho de 2016.

PRÓLOGO

Não gostaríamos de oferecer este trabalho biográfico sem antes deixar de recordar as palavras do nosso comandante, major general Vieira Borges, lembrando que a Academia Militar “é, em todas as Nações, reserva de Tradição, de História, de Valores e de Estética Militar, cujo carisma emociona os cidadãos e marca profundamente os Cadetes”. O general Vieira Borges, que escreveu estas palavras quando, em tempos, teve que desenvolver a mesma missão que hoje aqui nos ocupa, tinha o intuito de alertar os jovens cadetes da importância da Academia Militar para um Portugal alicerçado num desígnio que reflete “o orgulho de uma Nação secularmente sábia, na defesa da sua liberdade e independência e na formação intelectual das gerações portuguesas”. Baseado neste referencial, em 1953, o Exm.º general Alexandre Correia Leal, um brilhante comandante da Escola do Exército, para “servir de guia e de rumo” aos jovens cadetes que todos os anos abraçavam a carreira das armas, propôs que se adotasse para cada curso de entrada um Patrono, alguém que materializasse uma “figura simbólica e expressiva da nossa História”. Ou seja, a missiva consistia em lembrar “os primeiros entre os primeiros” e que, pelos seus feitos, “serviram de modelo espiritual” aos diversos cursos de entrada².

Quanto a nós, resta-nos sublinhar a importância e a atualidade de uma reflexão que transmite, mais do que nunca, uma verdadeira luz orientadora aos docentes e discentes desta nossa Academia e ainda, dar continuidade a um esforço de investigação que perdura há 63 anos em prol da formação dos futuros oficiais do Exército.

Este trabalho, que conviveu com algumas contrariedades, desde logo por não existir um estudo centrado na figura do general Simas Machado, foi realizado com uma enorme honra e, fruto do nosso entusiasmo pelo estudo e ensino da História Contemporânea de Portugal, com um enorme orgulho académico. Esperamos que constitua, para os jovens cadetes, uma fonte orientadora e reveladora dos trilhos a agarrar e ainda, para a comunidade académica, um despertar, para que se continue a investigar uma figura tão importante da nossa História.

² Borges, Vieira (1993), “D. Miguel Pereira Forjaz”, em “50 Anos de Patronos da Escola do Exército e da Academia Militar, 1953-2003”, (2004), Lisboa, Academia Militar, p. 678.

NOTA INTRODUTÓRIA

Num momento em que estão em curso um conjunto de iniciativas culturais que recordam os 100 anos da participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial, é com grande oportunidade que, para o ano letivo 2016/2017, a Academia Militar escolheu para Patrono dos seus cursos de entrada, o general José Augusto Simas Machado.

O general Simas Machado foi um dos mais ilustres militares que Portugal teve e, acima de tudo, foi um símbolo da defesa dos valores da República que se fundou em Outubro de 1910. Conhecido pela sua competência e manifesta devoção à causa republicana, ganhou a reputação do “general político” surgindo-lhe, naturalmente, o convite para presidir a Câmara dos Deputados e para assumir o Alto Comissariado da República nos Açores.

A sua vida e obra assumem-se como um modelo daquilo que é concorrer, enquanto militar e cidadão, para o prestígio das Forças Armadas no seio da sociedade portuguesa. É esse o seu maior legado, sempre cimentado nos emergentes valores patrióticos e numa dedicação extrema ao seu País.

Simas Machado foi um devoto cidadão português que, antes e durante a 1ª República, desempenhou um inúmero rol de funções, como foi o caso das de docente, de militar e de político, tendo combatido ainda, com as armas que dispunha, todas as tentativas de conspiração contra a República que foram emergindo desde os primeiros dias da sua implementação, designadamente, as incursões monárquicas de 1911. Foi neste contexto que se constituiu numa das altas figuras associadas à implantação da República e à defesa dos seus princípios fundadores que, em 1910, estiveram na génese da queda da Monarquia em Portugal.

Na instituição militar, Simas Machado atingiu o posto de general, combinando, na perfeição, a vertente castrense com os desafios da docência e da política. Relativamente a esta última vertente, foi deputado às Constituintes, presidiu à Câmara dos Deputados e foi o Alto Comissário da República nos Açores, demonstrando, em todas essas funções, capacidade de comando, inteligência, retidão, energia e arrojo. Ou seja, ao longo da sua carreira política confirmou sempre os seus invulgares atributos de estadista que, embora traduzissem atributos inatos, refletiam as superiores especificidades de uma formação militar que fora concluída com total brilhantismo.

Aos cadetes-alunos que ingressam na Academia Militar no ano letivo 2016/2017, a vida e os feitos do general Simas Machado constituirão sempre uma referência no seu trajeto académico e militar. É da sua responsabilidade, honrar a figura do seu Patrono, laborando arduamente e convictamente para conseguirem atingir os seus objetivos, previamente instituídos. Numa época em que se regista uma assinalável crise de valores no seio das sociedades torna-se indispensável que os novos cadetes-alunos, nesta nova fase da sua formação, despertem o quanto antes, para o sucesso através do seu próprio esforço, da sua própria determinação e do seu

elevado sentido de responsabilidade, sacrifício e abnegação. Não só por eles, mas também como forma de respeitar os nossos antepassados. Aliás, essa é única maneira possível de estar na Instituição que agora os abraça.

A SUA ÉPOCA

António Augusto Simas Machado nasceu em 1859, em pleno processo de “Regeneração” da Monarquia Constitucional, um período que marcou uma nova etapa política e social em curso no país, traduzida por uma tentativa de conciliação dos interesses provenientes dos diversos setores da sociedade da época, desde a alta burguesia até às classes rurais. Para materializar este modelo, promoveu-se a revisão da Carta Constitucional, assegurou-se o rotativismo partidário e fomentou-se uma série de reformas económicas. E foi nesta lógica que Portugal “conheceu os benefícios da política de fomento a que Fontes Pereira de Melo ligou o nome” (figura 1). Absorvido com o atraso económico e tecnológico que assolava o país, o então ministro das Obras Públicas, pôs em marcha uma política de investimento público que visava, essencialmente, os sectores dos meios de comunicação e dos transportes. Tal como Joaquim Veríssimo Serrão nos ilustra, “pode dizer-se que em toda a parte se derramaram as vantagens da assistência e da instrução pública”. O modelo da sociedade burguesa “fortaleceu-se” e criaram-se “as estruturas próprias do capitalismo mercantil na sua transição para o capitalismo industrial”. Em conformidade com esta linha reformadora, para aligeirar as ligações do poder central com as autarquias regionais e locais, Fontes Pereira de Melo também organizou a administração. Obviamente, que esta política no seu todo obrigou “ao recurso a capitais privados, internos e externos, por não ser possível ao Tesouro suportar tamanha carga financeira”. Na hora de fazer o balanço, apesar do assinalável desenvolvimento que o País registou, o preço a pagar foi bastante elevado e no essencial, traduziu-se no “aumento do nosso endividamento externo”³.

Em termos culturais também foi tempo de grandes reformas. Nomeadamente, através da afirmação de uma forte “atividade criadora de muitos vultos” que iriam marcar, decisivamente, a cultura portuguesa. Quanto à política externa, “as relações diplomáticas ganharam uma nova dimensão, com indiscutível prestígio externo para o país”. Contudo, vivia-se no velho continente um período de imensas disputas com as grandes potências em busca da, sempre desejada, “hegemonia mundial” e com inevitáveis repercussões no “precário equilíbrio da vida portuguesa”. No campo da diplomacia, também se registou, durante a segunda metade do século XIX, “um campo ilimitado de problemas”. Em África emergiu um

³ Serrão, Joaquim Veríssimo (1989), *História de Portugal, Volume IX, O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, s.l., Editorial Verbo, pp. 7-16.

“novo conceito do Portugal ultramarino”, mas também cresceu a cobiça dos principais Estados europeus pelos territórios africanos. Esta particular conjuntura veio garantir legitimidade ao povoamento das designadas terras ultramarinas, através da consagração do princípio da “ocupação efectiva”, tendo em vista a reivindicação dos “direitos históricos de Portugal”⁴.



Figura 1: Fontes Pereira de Melo⁵

Em 1890, com 31 anos de idade, Simas Machado assistiu, “na primeira fila”, ao “malogro da quimera africana”. O ultimato britânico constituiu-se num dos factos históricos mais importantes do último quartel do século XIX. Na verdade, a política de Portugal para África granjeou, naquela época, uma “grande base de adesão nacional” e por isso mesmo, a atitude dos ingleses teve uma “repercussão dolorosa e profunda” na sociedade portuguesa daquela época⁶.

Ilustres portugueses do meio literário, como Guerra Junqueiro, que tiveram um papel central na edificação do movimento revolucionário que conduziu à implantação da República, fizeram questão de registar para a eternidade, no brilhantismo das suas palavras, o sentimento reinante:

*“Ô bêbada Inglaterra, ó cínica impudente,
Que tens levado tu ao Negro e à escravidão?
Chitas e hipocrisia, Evangelho e aguardente,
repartindo por todo o escuro continente
A Mortalha do Cristo em tangas de algodão”.*⁷

⁴ Serrão, Joaquim Veríssimo (1989), *História de Portugal, Volume IX, O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, s.l., Editorial Verbo, pp. 7-8.

⁵ wikipédia, *António Maria de Fontes Pereira de Melo*, Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fontes_Pereira_de_Melo; consultado a 8 de Agosto de 2016.

⁶ Saraiva, José Hermano Saraiva (2007), *História Concisa de Portugal*, 24ª Edição, Mem Martins, Publicações Europa América, p. 343.

⁷ Citadopor, Saraiva, José Hermano Saraiva (2007), *História Concisa de Portugal*, 24ª Edição, Mem Martins, Publicações Europa América, p. 343.

Mas mais do que isso, para além deste estado de espírito, este ultimato foi responsável por uma “nova etapa na popularização do ideal da República”, ao qual Simas Machado não se iria alhear. A inoperância do Governo, e designadamente do Rei, foi interpretado pelo povo como um “acto de traição nacional nascida da corrupção: era o rei e a sua camarilha que estavam feitos com os ingleses”. Foi desta forma, que o Partido Republicano começou a ganhar o balanço necessário para desenvolver um movimento de conspiração contra o regime que iria culminar, numa primeira instância, com o assassinato do rei D. Carlos em 1908 e, posteriormente, com a queda da monarquia e a consequente proclamação da República a 5 outubro de 1910 (figura 2)⁸.



Figura 2: José Relvas a fazer a proclamação da República das Janelas da Câmara Municipal de Lisboa em 5 de Outubro de 1910⁹

Em 1910, já com 51 anos de idade, Simas Machado viveu intensamente o acontecimento e vai defender, ao longo dos anos que lhe restam, com todas as armas que dispunha, a República. Por isso podemos afirmar que Simas Machado sempre norteou a sua conduta humana pela fidelidade às ideias que defendia e honrava, mantendo-se politicamente fiel ao espírito republicano que, em alinhamento com as suas convicções, permanentemente advogava e jurava servir.

Porém, as expectativas quanto à consolidação destes ideais goraram-se bem cedo. Uma série de “múltiplas convulsões violentas” irão escoltar a proclamação da

⁸ Saraiva, José Hermano Saraiva (2007), *História Concisa de Portugal*, 24ª Edição, Mem Martins, Publicações Europa América, p. 348.

⁹ Ilustração Portuguesa n.º 242, de 10 de Outubro de 1910. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 09 de Agosto de 2016.

República e com isso, aprofundar uma “guerra civil intermitente”, que se irá estender até 1927¹⁰.

O ambiente turbulento foi perdurando e em 1914, mais um momento marcante, a Grande Guerra. Desta vez, a causa da instabilidade provinha do ambiente externo onde a “ganância territorial e conquistas com sucesso desempenharam o seu papel no continuado conceito de uma guerra desejável”¹¹.

Este conflito hegemónico, que ficou conhecido como um dos mais mortíferos da história da humanidade, arrastou milhares de portugueses para a Flandres. Simas Machado foi um deles (figura 3).



Figura 3: Militares portugueses na hora do embarque¹²

Como se constatou, a guerra europeia surge a meio do período a que anteriormente nos referimos (1908-1927) e vai, segundo os historiadores António Telo e Pedro Sousa, aprofundar e aumentar a guerra civil intermitente que estava a decorrer e que, a partir daqui, irá mudar o seu “caracter”. A “clivagem principal” passa a ser, numa primeira instância, a “vantagem da beligerância”, deixando para segundo plano a disputa entre monárquicos e republicanos, e posteriormente, a seguir a 1917, a “forma de organizar o Estado”¹³.

Sem querermos esquecer, do ponto de vista político, a importância da revolução de 15 de maio de 1915, a que pôs termo ao Governo do general Pimenta

¹⁰ Telo, António, Pedro Marquês de Sousa (2016), *O CEP, Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Porto, Fronteira do Caos, pp. 18-21.

¹¹ Gilbert, Martin (2013), *A Primeira Guerra Mundial*, 2ª Edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 41.

¹² Ilustração Portuguesa n.º 573, de 12 de Fevereiro de 1917. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 10 de Agosto de 2016.

¹³ Telo, António, Pedro Marquês de Sousa (2016), *O CEP, Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Porto, Fronteira do Caos, p. 19.

de Castro, foi precisamente em finais do ano de 1917, que outro acontecimento irá marcar, profundamente, a vida de Simas Machado: o golpe de Sidónio País. O regime republicano já durava há cerca de sete anos, e ao contrário do que era esperado, e do que tinha sido propagandeado pelos homens do 5 de outubro, “nem a dignidade de Portugal nem a vida da maioria dos portugueses tinham mudado para melhor”. Muitos dos republicanos, chamados os “puros” e onde se incluía Simas Machado, não se reviam num regime que se limitava a administrar “uma rede de interesses semelhante à dos partidos do rotativismo monárquico”. E por isso, a população ambicionava a chegada de um “messias”, alguém que constituísse uma alternativa válida a Afonso Costa, o líder carismático do Partido Democrático, herdeiro do Partido Republicano Português, e o responsável pelo Governo. Esse herói foi Sidónio Pais (figura 4), o homem que viria a liderar uma conspiração que culminou com o golpe de Estado de 5 de dezembro de 1917 e que pôs termo ao “monopólio do poder” que Afonso Costa, entretanto, tinha alcançado. O herói do 5 de dezembro era, acima de tudo, um “patriota indignado” que tinha como sonho “reconciliar todos os portugueses”. Tal como Raul Brandão o caracterizou, “havia nele uma distinção que os outros não tiveram” e que transmitia a confiança necessária para aderirem às suas ideias e às suas convicções¹⁴.



Figura 4: Sidónio Pais¹⁵

Com a participação na guerra a constituir o centro de gravidade do debate político, a bipolarização acentuava-se. Neste contexto, a “revolução de Sidónio tem de ser entendida como mais um episódio do grande confronto entre guerristas e anti-guerristas”, uma batalha que trará grandes cisões no Exército e, muito

¹⁴ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 267-282.

¹⁵ wikipédia, *Sidónio Pais*, https://pt.wikipedia.org/wiki/Sid%C3%B3nio_Pais; Consultado em 10 de Agosto de 2016.

particularmente, no CEP. Simas Machado e Gomes da Costa, estiveram sempre do lado dos revoltosos e, sem reservas, “apoiaram entusiasticamente Sidónio Pais”¹⁶.

Neste particular, tendo em vista o posicionamento do general Simas Machado, importa clarificar estes “dois grandes blocos”. Contrariamente ao que os nomes possam indiciar, “os antiguerristas não são no essencial contra a guerra e os guerristas não são a favor dela”. Aquilo que os separa “é o tipo de beligerância” ou seja, “a política a seguir perante a guerra internacional”. Se por um lado, os “guerristas” desejam que Portugal “entre na guerra através de um pedido da Grã-Bretanha”, por outro lado, os “anti-guerristas”, focados numa concentração dos “recursos militares em África”, queriam que o país só entrasse na guerra “caso fosse atacado”, devendo aceitar “todos os pedidos feitos em nome da Aliança”. Entre estes, estavam ilustres personagens da cena política e militar da época como Machado dos Santos, Brito Camacho, Manuel de Arriaga e Sidónio. Foi numa lógica de evocação do espírito da nacionalidade e de contestação dos interesses partidários que pretendiam fazer perdurar no poder os radicais republicanos, que se empenharam num conflito político com consequências dramáticas para o país. Daqui se percebe o posicionamento de Simas Machado no golpe de 1917 levado a cabo por Sidónio Pais¹⁷. Homem com profundas convicções, sempre preocupado com a preservação do perfil histórico de Portugal, e daí a sua aproximação aos conservadores, mas, simultaneamente, um indivíduo moderado e, constantemente, empenhado numa cultura política que se afastava dos excessos e dos radicalismo.

Finalmente, o acontecimento que, já perto da parte final da sua carreira e da sua vida, marcou, e muito, Simas Machado: o golpe militar de Gomes da Costa de 1926. Em meados desse ano, com a golpada de Alves dos Reis e a questão dos Tabacos, “o clima de suspeição que rodeava a política e os políticos da República atingira o auge”. A conspiração reinava, era transversal, monárquicos, republicanos, militares, civis, em todos estes sectores da sociedade havia franjas de contestação que acreditavam que alguma coisa tinha que ser feito. De todas estas “linhas subversivas”, existia uma que apresentava outro nível de articulação, a que sairia vencedora e aquela que acabaria encabeçada por Gomes da Costa (figura 5)¹⁸.

Esta linha era a “republicana conservadora” e era “partidária de uma solução militar global que tirasse os democráticos do poder e fizesse um governo de concentração de forças, uma ditadura comissarial referendada pelos poderes constitucionais e sob a égide do presidente da República”. O golpe dar-se-ia a 28 de

¹⁶ Telo, António, Pedro Marquês de Sousa (2016), *O CEP, Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Porto, Fronteira do Caos, p. 207.

¹⁷ Telo, António (2014), “Um Enquadramento Global para uma Guerra Global”, em *IDN nação e defesa*, n.º 139, *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 11-12.

¹⁸ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 465-476.

maio e a 31, o Congresso da República foi encerrado e Bernardino Machado renunciou, pondo fim ao regime da República Democrática¹⁹.

Ao contrário do que acontecera em 1917, desta vez, Simas Machado não irá aderir ao movimento dos revoltosos liderado por Gomes da Costa, e por isso mesmo, sofrerá as respetivas consequências. Mais uma vez, as suas convicções e a sua jura à República, no contexto de um Portugal livre e democrático, determinariam o seu posicionamento.



Figura 5: general Gomes da Costa²⁰

O MILITAR E O PROFESSOR

Simas Machado foi um nortenho, que nasceu em Braga, na freguesia de São Pedro, a 25 de julho de 1859. Era filho de António Simas Machado e da sua mulher, Teresa de Jesus Ferreira de Simas. Contraiu matrimónio com Maria da Glória Motta em 1882, numa cerimónia apadrinhada por uma das maiores figuras do panorama literário português do século XIX, Camilo Castelo Branco, “um grande amigo da família”²¹.

Tal como outros bracarenses, no âmbito dos seus estudos preparatórios, foi um ilustre aluno do Liceu Nacional de Braga, tendo aí concluído “com distinção” os estudos de “Português, Francês, Desenho, Geographia, Chronologia e História”.

¹⁹ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 475-485.

²⁰ Ilustração Portuguesa n.º 604, de 17 de Setembro de 1917. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 10 de Agosto de 2016.

²¹ Bonifácio, Luís (2004), *Biografia - Simas Machado*, Benavente. Disponível: <http://cartasportuguesas.blogspot.pt/2004/11/biografia-simas-machado.html>. Consultado em 21 de Junho de 2016.

Posteriormente, também frequentou o Liceu do Porto para lhe serem ministradas as matérias de Matemática²².

Em 25 de agosto de 1875, decidiu abraçar a carreira das armas, dando-se “como voluntário” para servir no Regimento de Infantaria N.º 8, em Braga. Contudo, Simas Machado, convicto da sua vocação militar, estava decidido a dar um outro rumo à sua carreira no seio da instituição e, em 25 de outubro de 1877, matriculou-se na Escola do Exército como aluno do curso de Infantaria, tendo sido “graduado em 1º sargento aspirante a oficial” com o número “113”²³.

Em 1880, com 21 anos, concluiu com brilhantismo o curso, sendo então promovido ao posto de alferes em 7 de janeiro de 1881. A promoção a tenente viria 5 anos depois, em 6 de outubro de 1886 e em 9 de maio de 1895, foi promovido a capitão. Seguiu-se a promoção a major, em 23 de Agosto de 1906 e, quatro anos depois, em novembro de 1910, a tenente-coronel²⁴.

Durante estes anos, foi oficial subalterno no Regimento de Infantaria n.º 8, 10, 12, 13 e 18, tendo desempenhado “varias comissões de serviço”. Entre elas, uma “comissão especial” como “professor do 1º ano do curso da classe de sargentos da escola regimental do regimento”. Esteve também como comandante da Casa de Reclusão da 3ª divisão militar e defensor interino dos conselhos de guerra da mesma divisão²⁵.

A nomeação para funções de grande responsabilidade era o corolário dos sinais de rigor, de exigência e de prudência que, desde cedo, evidenciou. Nesta fase da sua vida, foram estes os predicados que, de uma forma geral, fizeram de Simas Machado um dos mais distintos oficiais da sua geração, ficando-lhe reservado a imagem de um incansável trabalhador e estudioso, permanentemente ocupado com os problemas militares do seu tempo e com um olhar constante na defesa e salvaguarda da sua Pátria.

Em simultâneo, sempre revelou um entusiástico interesse pela vertente educativa, reconhecendo a importância do ensino escolar junto da população jovem portuguesa. Este seu entusiasmo pela pedagogia, conduziu-o a professor do ensino livre na capital nortenha. É com base neste ensejo que se reconhece a importância da Educação no contributo que dava à Nação enquanto cidadão e militar. Também no Porto, teve oportunidade de pôr em prática as suas habilidades literárias e

²² AHM, Processo da Individual de Simas Machado da Escola do Exército.

²³ AHM, Processo da Individual de Simas Machado da Escola do Exército.

²⁴ AHM, Livro de Matricula do Regimento de Infantaria N.º 8, registo n.º 75, José Augusto Simas Machado. Confrontado com os dados disponibilizados por, Soares, Alberto (coord.), *Os Generais do Exército- Vol. III, Tomo I*, Biblioteca do Exército Português, p. 165.

²⁵ Lemos, Eduardo Rodrigues Cardoso (1911), *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados*, Lisboa, Livraria Ferreira, p. 154.

desenvolver o lirismo da sua linguagem, como redator do jornal “*Diário da Tarde*, folha portuense e collaborador em vários jornaes”²⁶.

UM ACÉRRIMO DEFENSOR DA CAUSA REPUBLICANA

Em outubro de 1911, com 52 anos de idade, Simas Machado era, desde 1910, tenente-coronel, comandava o Batalhão de Caçadores 5, antigo 3º Batalhão de Infantaria n.º 3 aquartelado em Barcelos, e a jovem República preparava-se para o seu primeiro aniversário. Contudo, não eram só os republicanos que se aprontavam para as comemorações. Havia, no seio da sociedade portuguesa daquela época, quem conspirasse contra a República. Nomeadamente, aqueles que acreditavam que o 5 de outubro de 1910, mais do que uma revolução popular, tinha sido “um golpe político-militar com o apoio e a adesão dos sectores progressistas da classe média de Lisboa e Porto e de parte do *Lumpem* urbano”. Era convicção desse movimento que “a legitimidade ancestral dos Bragança não fora substituída pela legitimidade popular, mas pela legitimidade revolucionária da força, que a vitória transformara em mandato constituinte”. Entre eles, estava Paiva Couceiro, o capitão artilheiro, herói de África, que tinha sido derrotado pelos soldados e militantes republicanos da Rotunda liderados por Machado Santos²⁷ (figura 6).



Figura 6: António Machado Santos, “Comandante das Forças Revolucionárias no alto da Avenida”²⁸

²⁶ Lemos, Eduardo Rodrigues Cardoso (1911), *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados*, Lisboa, Livraria Ferreira, p. 155.

²⁷ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 139.

²⁸ Ilustração Portuguesa n.º 243, de 17 de outubro de 1910. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 11 de Agosto de 2016.

Ou seja, num ambiente festivo e entusiasta a reinar na capital, com a organização de inúmeros eventos culturais e cívicos destinados a solenizar o acontecimento, o que verdadeiramente ocupava o ministério eram as “notícias vindas de Trás-os-Montes, que davam como iminente uma incursão monárquica”. Esta circunstância deixava o povo de Lisboa cada vez mais intranquilo relativamente à “estabilidade do regime”²⁹.

De facto, na madrugada de 4 para 5 de outubro, as suspeitas republicanas concretizaram-se. Paiva Couceiro, à frente de “uma guerrilha de dois mil homens, quatrocentos dos quais bem armados”, defensores da causa monárquica, entrou em Vinhais, proclamou a monarquia e mandou hastear a bandeira azul e branca no edifício da Câmara Municipal. O ministério reagiu e mandou avançar de imediato um contingente de 215 praças da Marinha, comandadas pelo primeiro-tenente Afonso Cerqueira. Pouco tempo depois, avançou o Batalhão de Caçadores 5 comandado pelo tenente-coronel Simas Machado, “que partiu com as suas metralhadoras para o norte onde já tão bons serviços prestara”. Como era hábito naquelas ocasiões, a “effervescência em Lisboa” fez-se sentir, com Santa Apolónia a ser “invasa pela multidão que vitoriou o batalhão até que o comboio desapareceu”. Nessa altura, perante “um dedicado grupo civil” que insistia em acompanhar os militares naquela nobre missão, fez-se sentir o elevado espírito de missão, de responsabilidade e de liderança do tenente-coronel comandante de Batalhão. Apesar de agradado com as manifestações de apoio dos populares de Lisboa, que ali manifestavam a sua disponibilidade para colaborar com a República, “Simas Machado, disse não poder consentir no seu transporte sem uma ordem do ministério da, guerra, não seguindo por consequência o núcleo de voluntários”³⁰ (Figura 7).

O tenente-coronel Simas Machado, à frente da força que comandava, entre 13 de Junho e 12 de Agosto de 1911, viria a ter um papel decisivo na contenção e na repressão das revoltas monárquicas, com os revoltosos, grande parte deles, a serem presos e outros, a regressarem ao exílio em terras espanholas. Simas Machado revelou excepcionais qualidades e virtudes militares, enquanto comandante do Batalhão de Caçadores 5, força que viria a comandar “até 1912”³¹.

A sua acção não se afigurou nada fácil, tratou-se de comandar uma força militar no Norte de Portugal, onde estavam instalados os focos de subversão dos apoiantes da monarquia, durante um dos períodos de maior tensão que assolaram a

²⁹ Serrão, Joaquim Veríssimo (1989), *História de Portugal, Volume XI, A Primeira República (1910-1926)*, s.l., Editorial Verbo, p. 106.

³⁰ Ilustração Portuguesa n.º 296, de 23 de outubro de 1911, p. 509. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 10 de Agosto de 2016.

³¹ Soares, Alberto (coord.), *Os Generais do Exército- Vol. III, Tomo I*, Biblioteca do Exército Português, p. 165.

jovem República. De novo, Simas Machado foi brilhante, compreendeu a complexa missão que lhe foi atribuída e defendeu firmemente os interesses do regime republicano.



Figura 7: O Batalhão de Caçadores 5 a embarcar par o Norte³²

³² Ilustração Portuguesa n.º 296, de 23 de outubro de 1911. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 10 de Agosto de 2016.

Foi desta forma que, “mantendo as tradições liberais da sua família, sem quebra para a sua dignidade cívica e os seus deveres militares, Simas Machado serviu dedicadamente o novo regime”. Aliás, se recuarmos um pouco no tempo percebemos o peso da herança e a génese das suas convicções. O seu pai, António de Simas Machado, homem açoriano, fora preso bem jovem, aos 16 anos, sob a acusação de “crime de lesa-majestade, por ser liberal e defender os direitos de D. Maria II”. Foi só com o advento de D. Pedro IV que, juntamente com os “carceres miguelistas”, se viu livre dos calabouços onde esteve encarcerado. Este episódio aprofundou, ainda mais, os seus sentimentos de apego aos ideais liberais e levou-o a tomar a decisão de os defender de uma forma mais acérrima, dando-se como voluntário para o Batalhão de Caçadores n.º 12 para combater ao lado de D. Pedro. Foi no decorrer destas disputas entre absolutistas e liberais que, em 1832, foi ferido em combate durante as “Campanhas da Liberdade”, tendo sido ordenado “Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada pelo seu desempenho em Almoester e Asseiceira”³³.

O mesmo empenhamento que o pai assumiu na propagação dos ideais liberais, Simas Machado aplicou-o ao contexto da sua época e estabeleceu como missão de vida a defesa de um Portugal Republicano e Democrático.

O POLÍTICO

São variadíssimas as missões, os cargos e as responsabilidades que foram concedidas a Simas Machado, tendo servido Portugal nas mais diversas áreas, com a política em lugar de destaque, situação a que não foi alheia o atributo, que lhe era reconhecido, como sendo um militar dedicado, inteligente, voluntarioso, culto e sério.

Simas Machado, após a implantação da República foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo círculo n.º 4 de Barcelos (figura 8). Contudo, só tomou assento no Parlamento em meados de agosto de 1911, pouco tempo depois de ter estado a comandar a sua força no Minho, “preferindo prestar serviço à República como militar, à frente do batalhão de caçadores 5, com o fim de reprimir qualquer possível incursão de conspiradores pela fronteira”³⁴.

³³ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Volume XXIX, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, p. 34

³⁴ Marques, Oliveira A. H (coord.) (2000), *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Edições Afrontamento, p. 130.



Figura 8: José Augusto Simas Machado, deputado às Constituintes por Barcelos³⁵

O seu desempenho foi inteiramente reconhecido pelos seus pares. Na mesma noite em que foi votado o último artigo da Constituição, 19 de agosto de 1911, “a assembléa saudou Simas Machado o exercito defensor da Republica e o tenente-coronel Simas Machado agradecendo essa manifestação disse que o fazia em nome dos officiaes, sargentos e soldados do seu comando terminando por levantar um viva á Republica”³⁶.

Mas os tempos para a República não se afiguravam nada fáceis. Com eleição de Manuel Arriaga para a presidência da República, em agosto de 1911, emergiu a primeira confrontação entre republicanos. De um dos lados, estavam os apoiantes de Arriaga, o “Bloco”, onde se incluíam os seguidores de António José de Almeida, Manuel Brito Camacho e António Machado dos Santos; do outro lado, os que apoiavam Bernardino Machado, estavam “os afonsistas”, ou seja, os partidários de Afonso Costa. Sem poder dissolver as câmaras, o presidente da República empossou João Chagas como chefe do governo e os afonsistas assumiram a oposição. No entanto, no seio do Partido Republicano, o domínio era personalizado em Afonso Costa, ficando os bloquistas para segundo plano. Legitimado pelo congresso de abril de 1912, o partido de Afonso Costa, agora conhecido pelo partido dos “democráticos”, afastou os “moderados” e, com base numa “retórica e uma prática anticatólica e antimonárquica”, “proclamou os ideais da trilogia de 1789 –

³⁵ Ilustração Portuguesa n.º 281, de 10 de julho de 1911, p. 44. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 10 de Agosto de 2016.

³⁶ Lemos, Eduardo Rodrigues Cardoso (1911), *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados*, Lisboa, Livraria Ferreira, p. 155.

Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, materializado num acérrimo combate à “Igreja e à tradição, cujas instituições e costumes dificultavam a marcha da História rumo ao futuro promissor”³⁷.

Foi desta concepção que emergiu a destruição da unidade republicana e foi a partir daqui que se assistiu ao aparecimento dos primeiros partidos políticos no seio do jovem regime republicano. Tal como Luís Fraga nos refere, o Partido Democrático, embora granjeasse de uma enorme simpatia popular, era muito contestado pelas minorias partidárias, “que não escondiam tendências para o golpismo político”³⁸.

Por isso, em fevereiro de 1912, depois da desintegração de uma efémera união entre bloquistas, António José de Almeida, anunciou a fundação do partido Republicano Evolucionista para combater “o indiferentismo da nação pela política republicana”, para o efeito, pretendia “conquistar a todo o custo o apoio das forças conservadoras”³⁹. No essencial, o que determinou o distanciamento pessoal e ideológico de José de Almeida foi o “radicalismo anti-religioso de Afonso Costa por considerar perigoso para a sobrevivência do regime o conflito permanente com os católicos”. É com base nesta matriz política que os evolucionistas vão “procurar seguir um caminho de oposição à hegemonia dos democráticos”, contando para o efeito, com o apoio de intelectuais e políticos de relevo como António Egas Moniz, Antero de Figueiredo, Alfredo Pimenta e António Granjo⁴⁰.

Para além destes, também apareceram militares a associarem-se a esta causa, como foi o caso de José Augusto Simas Machado. Militar de convicções retas, não iria deixar cair os princípios orientadores que o tinham levado a combater, ativamente, os movimentos subversivos que pretendiam expurgar a República. Era dessa forma que ele via a sua participação ativa na vida política do País.

Neste contexto, e depois das eleições realizadas em 28 de Maio de 1911, Simas Machado, como já aqui tivemos oportunidade de referir, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo de Barcelos, com o objetivo único de “elaborar e apresentar uma Constituição”. Este fórum reuniu “pela primeira vez em 19 de Junho de 1911 e as primeiras leis votadas foram a da abolição da Monarquia e proclamação da República Democrática; a da nova bandeira e a do Hino Nacional”. Quanto à Constituição propriamente dita, ela foi aprovada na 56ª sessão em 21 de agosto de 1911, sendo a sua última sessão em 25 de Agosto”. Ainda como deputado,

³⁷ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 132.

³⁸ Fraga Luís (s.a.), “La Lys – A Última Batalha do Exército Português”, em *Dia da História Militar*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, p. 403.

³⁹ Valente, Vasco Pulido (1999), *O Poder e o Povo, A Revolução de 1910*, 3ª Edição, s.l., Círculo dos leitores, pp. 220-221.

⁴⁰ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 171-172.

seguiu-se a Câmara dos Deputados. Este órgão da República, eleito pelo povo, reunia os representantes de todas as regiões do país competindo-lhe “a iniciativa legislativa sobre impostos, sobre a organização das forças de terra e mar, sobre a discussão das propostas feitas pelo Poder Executivo, sobre a revisão da Constituição, sobre a prorrogação, o adiamento da sessão legislativa, entre outras”⁴¹.

Neste fórum, Simas Machado teve sempre um papel muito ativo e interventivo na defesa dos interesses regionais do ciclo eleitoral pelo qual tinha sido eleito, bem como, daqueles que considerava defensores da República, mesmo que para isso fosse necessário confrontar os responsáveis políticos do regime, como foi este o caso que aqui se apresenta e que se passou em plena Câmara dos Deputados, durante a segunda Sessão Legislativa da 1ª Legislatura, no dia 01 de fevereiro de 1912:

*“Posso afirmar que o Sr. João Cardoso de Albuquerque não merecia da parte do Sr. Ministro do Interior o que S. Ex.^a lhe fez, e commigo pensam da mesma forma todos os Deputados d’aquelle circulo. Esse cavalheiro, no antigo regime, nunca quis intervir em política e veio com toda a sinceridade, com toda a lealdade pôr-se ao lado dos republicanos, tendo sabido manter em Barcellos uma política prudente e tanto que tem grangeado as sympathias de todos os indivíduos, com excepção dos elementos perturbadores da ordem, em todos os seus actos, quer como presidente da comissão municipal republicana, quer como autoridade administrativa.”*⁴²

Indivíduo de uma verticalidade absoluta preferiu sempre, a transparência e a verdade ao povo, uma vez que, segundo ele, era a única forma de ultrapassar as dificuldades que assolavam a sociedade portuguesa da época. Esta postura, denunciava responsabilidade e sentido de servir o povo que, naquela câmara, era representado por si e pelos seus parceiros de bancada:

*“É assim que nós devemos proceder: é dizendo toda a verdade ao país, por muito crua que esta seja, porque só assim é que nós podemos remediar os males de que a nossa sociedade vem padecendo.”*⁴³

⁴¹ Debates Parlamentares, *Descrição*. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt>. Consultado em 24 de agosto de 2016.

⁴² Debates Parlamentares, Catálogos Gerais: Interpelação de Simas Machado ao Ministro do Interior, relativamente à exoneração de *João Cardoso de Albuquerque*. *1ª República, Diário da Câmara dos Deputados, 1ª Legislatura, Sessão Legislativa 02, Número 044, 1912-02-01, p. 16*. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo>. Consultado em 28 de junho de 2016.

⁴³ Debates Parlamentares, Catálogos Gerais: Comentário de Simas Machado a um parecer elaborado pela comissão de finanças, relativo ao orçamento da guerra. *1ª República, Diário da Câmara dos Deputados, 1ª Legislatura, Sessão Legislativa n.º146, 1912-06-26, pp. 15-*

Em simultâneo, foi sempre exercendo, “com lealdade e dedicação vários comandos”. Depois de Caçadores 5, seguiu-se o 3.º Grupo de Metralhadoras e o Regimento de Infantaria 18. Foi esta particularidade que lhe permitiu continuar a reservar um lugar de relevo durante o “agitado período de lutas políticas contra a República”⁴⁴.

O ano que tomou posse como deputado, 1911, constituiu para o país uma época difícil, em termos económicos e sociais, designadamente, para o Alentejo. O antigo sistema de cultura de cereais, que promovia a precariedade e a falta de trabalho nos períodos de ausência de colheitas, teimava em persistir. O espírito republicano invadira as almas da classe da trabalhadora, fazendo despertar sentimentos de esperança que vislumbravam num horizonte muito próximo o fim da incerteza, da insegurança e da angústia. Perante a inépcia da jovem República para fazer face a estas pandemias sociais que teimavam em prejudicar as condições básicas de vida da classe operária e rural, o Povo revoltou-se. As reivindicações começaram no Ribatejo, área extremamente politizada. Posteriormente, passaram para o Alentejo, que devido ao seu maior isolamento fomentou ações mais radicalizadas, e rapidamente chegaram a Lisboa. Na capital, o movimento operário associou-se aos trabalhadores alentejanos, proclamou uma greve geral, realizou algumas ações violentas e em Janeiro de 1912 pairou no ar um conflito social de grandes dimensões⁴⁵.

O estado de sítio foi declarado e as forças da ordem tiveram que intervir, fazendo delas parte os batalhões de voluntários civis sob o comando do tenente-coronel Simas Machado, tendo em vista a manutenção da ordem pública. Estas forças perfilaram-se para “cercar a Casa Sindical, na rua do Século, intimando a render-se toda a gente que ali se encontrava, o que sem a menor resistência se fez”⁴⁶.

Para relevar a importância destes grupos armados, que Simas Machado comandou, importa referir que eles representavam, para os radicais republicanos liderados por Afonso Costa, “uma das duas instituições que seriam a base do seu poder futuro”. Os “batalhões de voluntários” constituíram uma das principais organizações que, consumada a implantação da República, irão substituir a Carbonária com a missão de “defender o novo regime” (figura 9). Eles começaram a surgir em finais de 1910, estavam maioritariamente confinados em Lisboa e, até ao

16. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo>. Consultado em 28 de junho de 2016.

⁴⁴ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Volume XXIX, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, p. 34

⁴⁵ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 181-182.

⁴⁶ Ilustração Portuguesa n.º 311, de 05 de fevereiro de 1912, p. 173. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 10 de Agosto de 2016.

início do ano de 1911, surgiram aproximadamente 37 dessas forças. O seu efetivo variava, “podendo ir dos 100 aos 1000 civis armados. Ao longo desse ano os seus efetivos foram crescendo apoiados pelo ministério que os legitimava e os “financiava”⁴⁷.



Figura 9: Batalhões de Voluntários formados no Terreiro do Paço⁴⁸

Entretanto, a forma “serena, disciplinada como se realizaram as operações” realizadas pelas forças comandadas por Simas Machado foram lembradas publicamente, em plena Câmara dos Deputados, como um “facto bastante honroso para o nosso Exército” e por representar um “símbolo do que poderá ser a Nação armada”. Mais uma vez, a República foi defendida. Importa lembrar que, para o regime aquilo que estava em causa não era conter a “classe do operariado”, mas sim “todos aqueles que espalharam provocações de toda a ordem e que no fundo tinham a proclamação da monarquia em Portugal”. Defender a “salvação da República” contra todo o tipo de “ataques violentos” era essa a lógica de atuação do Governo e foi com esse referencial que as forças de manutenção da ordem atuaram⁴⁹.

Nesta altura, o grau de cumplicidade com a República ainda era o suficiente para justificar todo o seu empenhamento e toda a sua determinação na contenção da insatisfação popular. A montante dessas reivindicações, estavam as ambições

⁴⁷ Telo, António, Pedro Marquês de Sousa (2016), *O CEP, Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Porto, Fronteira do Caos, pp. 11-13.

⁴⁸ Ilustração Portuguesa n.º 311, de 05 de fevereiro de 1912, p. 173. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 10 de Agosto de 2016.

⁴⁹ Debates Parlamentares, Catálogos Gerais, *Diário da Câmara dos Deputados, 1ª Legislatura, Sessão Legislativa n.º44, 1912-02-01*, pp. 14-16.

Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/01/02/044/1912-02>. Consultado em 28 de junho de 2016.

monárquicas que, a bem da República, tinham que ser contidas. Foi baseado nessa convicção que Simas Machado, durante esta fase da sua vida, modelou a sua conduta, atuando sempre com elevado espírito de missão.

As suas comprovadas qualidades de comandante militar, bem como, o seu desempenho enquanto deputado, nomeadamente a forma “clara e erudita como se referia às questões militares”⁵⁰, fizeram-no chegar, em janeiro de 1913, à presidência da Câmara dos Deputados, em substituição de Vítor Macedo Pinto. É bom recordarmos que estamos a falar de um período da História de Portugal em que tudo era violento e onde o funcionamento das camaras era um exemplo dessa realidade, “com cenas frequentes de insultos, agressões, mesas partidas e gritos, a ponto de ninguém as estranhar”⁵¹.

Apesar destes tempos conturbados, a sua presidência revelou, mais uma vez, a postura de um homem reto que fez pautar a sua ação pela imparcialidade, pela humildade, pela sinceridade e por um notório pragmatismo, comprovado pelas inúmeras decisões que tomou. Sempre focado no espírito nacional, apelou à integração europeia mas sempre numa lógica de respeito pelo perfil histórico da Nação. Consciente das dificuldades que o país vivia socorreu-se, constantemente, do espírito essencialmente nacional para agregar a elite política ali representada, em prol do espírito da República.

Para que fique registado na memória de todos, conscientes que esta também se afigura como uma importante homenagem a este distinto cidadão, aqui ficam as palavras que Simas Machado proferiu no momento e no dia, da tomada de posse:

“O Sr. Simas Machado (Na Presidência): Agradeço reconhecidamente à Câmara o ter-me eleito para êste cargo. Essa honra devo-a positivamente mais à afectividade do carácter dos Srs. Deputados, à simpatia que me dispensam, do que propriamente a quaisquer qualidades ou predicados que me recomendem para exercer o meu cargo. (Não apoiados de todos os lados da Câmara).

A responsabilidade que a Câmara acaba de tomar, só a pode compensar auxiliando-me, e isto peço a todos os lados da Câmara: peço que me auxiliem com as luzes do seu espírito, em qualquer dúvida que às vezes se possa suscitar, em qualquer dificuldade que possa aparecer.

O que posso garantir, sob minha palavra de honra, é que, no desempenho do meu lugar, procurarei ser sempre o mais imparcial possível; e se errar, será involuntariamente, por má percepção, deficiência de inteligência ou qualquer outro motivo - menos por falta de sinceridade no desempenho das minhas funções.

⁵⁰ Debates Parlamentares, Catálogos Gerais, *Diário da Câmara dos Deputados, 1ª Legislatura, Sessão Legislativa n.º146, 1912-06-26, pp. 15-16.* Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/>. Consultado em 28 de junho de 2016.

⁵¹ Telo, António (2014), “Um Enquadramento Global para uma Guerra Global”, em *IDN nação e defesa, n.º 139, Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 11.

O que desejo é que, nesta sessão legislativa, e sendo eu Presidente da Câmara, saiam leis que, inspiradas no espírito nacional, possam concorrer para levantar a nossa nacionalidade, para fazer com que ela se integre definitivamente na civilização superior da Europa, em cuja história brilhou já cora deslumbrante fulgor.

Tem querido fazer de nós franceses, ingleses e alemães; pois deixemo-nos dessas aspirações e procuremos fazer leis em harmonia com as nossas tradições, com a nossa história, leis que se inspirem num espírito essencialmente nacional. E ao espírito português, como êle foi no princípio da nossa Renascença, que nós devemos ir buscar as forças de que carecemos.

Ouçõ dizer que o momento é crítico, mas inspirando-nos no espírito nacional, tratando de encurtar as distâncias que nos separarem, e agrupando-nos todos em volta da bandeira da República, estou convencido de que bem mereceremos do país e teremos cumprido o nosso dever.

Saúdo os meus antecessores, os Srs. Aresta Branco e Vítor Macedo Pinto, pela imparcialidade, pela correção e pela inteligência com que desempenharam os seus lugares, e eu não desejo mais do que ser tam digno do lugar que ocupo como eles o foram. (...).

*Vozes: - Muito bem*⁵².



Figura 10: Simas Machado, Presidente da Câmara dos Deputados⁵³

Entretanto, assolado por um sentimento de desilusão, face ao caminho que a República estava a tomar, seguiu-se um outro importante momento da sua carreira política. Em 1915, já como coronel e depois de passar pelo comando do 3º Grupo de

⁵² Debates Parlamentares, Catálogos Gerais, *Diário da Câmara dos Deputados, 1ª Legislatura, Sessão Legislativa n.º3, 1913-01-13, p.10.* Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo>. Consultado em 22 de agosto de 2016.

⁵³ wikipédia, *Simas Machado*. Disponível: https://pt.wikipedia.org/wiki/Simas_Machado. Consultado a: 12 de agosto de 2016.

Metralhadores e pelo Regimento de Infantaria 18⁵⁴, deu-se a sua afirmação política como figura de proa do Partido Evolucionista ao ser eleito presidente da Junta distrital do Porto dessa agremiação política. Tornou-se num dos homens mais próximos de António José de Almeida, circunstância que se pode comprovar por uma das cartas que o líder do partido, numa fase difícil da sua vida pessoal, de convalescença de um ataque de gota, lhe dirigiu com notas de admiração e amizade pela sua pessoa e, acima de tudo, com algumas indicações para o congresso do Partido Evolucionista que, naquela altura, se aproximava a passos largos:

“Meu Ex.mo e prezado amigo

A doença não tem permitido que eu lhe escrevesse há mais tempo. V.Ex.ª me desculpará esta falta que tem sido inteiramente involuntária e que eu sou o primeiro a lamentar.

A junta Distrital do Porto foi sancionada e com muito prazer pela junta central. Esperamos agora que ela desempenhe as suas funções com o entusiasmo e o ardor próprio dos homens que a compõem entre os quais, com o mais alto prazer para mim, se encontre V.Ex.ª que muito estimo e respeito. Entre os trabalhos mais urgentes que essa junta tem a desempenhar deve contar-se uma grande representação de todo o distrito do Porto ao próximo congresso e que V.Exas. promoverão, tudo em vista que nas localidades onde não houver comissões organizadas nem por isso as diferentes tendências devem deixar de se fazer representar, porque qualquer núcleo de evolucionistas, à face do nosso estatuto tem o direito a enviar delegado.

Considero este assunto como muito importante, pois de uma larga e idónea representação do nosso congresso, dependerá em grande parte o nosso sucesso político no meio dos acontecimentos que se estão desenrolando. Espero que V.Ex.ª e por sua parte como membro da junta distrital faça tudo o que puder para que neste momento difícil, mas tão cheio de esperanças para nós, o Partido Evolucionista consiga definitivamente a situação a que tem direito. Muito folgarei também de ver V.Ex.ª no congresso de Lisboa onde a sua alta inteligência e o seu grande critério muito úteis serão à orientação partidária.

Desculpe V.Ex.ª não escrever esta carta mais cedo, mas um fortíssimo ataque de gota me impede de escrever há mais de dez dias. Aceite os protestos da minha consideração e da minha mais devota amizade”⁵⁵.

O II Congresso dos Evolucionistas ocorreria no mês seguinte, em abril de 1915, no Teatro Politeama, em Lisboa, e tinha como principal missiva manifestar o

⁵⁴ Soares, Alberto (coord.), *Os Generais do Exército- Vol. III, Tomo I*, Biblioteca do Exército Português, p. 165.

⁵⁵ Carta de Março de 1915 de António José de Almeida para Simas Machado. Bonifácio, Luís (2008), *Congresso Evolucionista II, António José Discursa*, Benavente. Disponível: <http://cartasportuguesas.blogspot.pt/2004/11/biografia-simas-machado.html>. Consultado em 21 de Junho de 2016.

apoio público à política do general Pimenta de Castro (figura 12). Para o líder do Partido, António José de Almeida, a situação que se vivia era transitória e, no seu entendimento, no contexto político da época, só os evolucionistas poderiam garantir um projeto verdadeiramente alternativo e capaz de salvar a República. Através de um discurso proferido com “uma extraordinária violência”, legitimou o Governo vigente e afrontou Afonso Costa e os Democratas. Segundo António José de Almeida, “Os evolucionistas apoiam o governo, porque á sua frente está um homem honrado e que lhe merece toda a sua confiança”. Antes de terminar a sua intervenção, o líder dos evolucionistas, como reconhecimento do seu desempenho na defesa constante nos ideais republicanos e, particularmente, do Partido, propõe Simas Machado para presidente da mesa do congresso, “ao qual se segue uma chuva de aplausos que dura vários minutos”⁵⁶.



Figura 11: Congresso Evolucionista, no topo pode-se ver António José de Almeida a discursar⁵⁷

⁵⁶ Intervenção de António José de Almeida no II Congresso Evolucionistas. Bonifácio, Luís (2008), *Congresso Evolucionista II, António José Discursa*, Benavente. Disponível: <http://cartasportuguesas.blogspot.pt/2004/11/biografia-simas-machado.html>. Consultado em 21 de Junho de 2016.

⁵⁷ Ilustração Portuguesa n.º 478, de 19 de abril de 1915, p. 485. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 12 de agosto de 2016.

Simas Machado agradeceu a nomeação para presidente da mesa do congresso, explicou a sua decisão de se aproximar do Partido e apresentou as razões que, segundo o seu entendimento, justificavam a realização do congresso. Demonstrou alguma indignação quanto à forma como as intervenções de José de Almeida tinham sido julgadas em praça pública, particularmente no Porto, e revelou esse sentimento como o principal motivo para se juntar aos Evolucionistas⁵⁸. A influência pessoal e institucional no seio do Partido era, nesta altura, verdadeiramente real e factual. Simas Machado vislumbrava para o Partido uma dimensão governativa e capaz de corrigir a direção transviada que, segundo ele, a República tinha assumido. Impulsionado por um forte sentimento nacional e, ao mesmo tempo, conservador, para Simas Machado só o Partido Evolucionista tinha capacidade para levar a cabo uma obra verdadeiramente nacional, concebendo uma política que atenuasse a lei de separação, corrigisse a lei do registo civil e reformasse, em bases sólidas, o Exército:

“É preciso mostrar à nação que somos um partido de governo. A República errou, e praticou erros consideráveis; tem de arrepiar caminho. Essa missão de fazer dela aquilo que todos sonhamos, cabe ao partido evolucionista, que, no poder, deverá realizar uma a uma todas as promessas feitas, como limpar as arestas da lei da Separação, reformar a lei do registo civil que tem levantado, especialmente no norte, extraordinários descontentamentos, e tratar, mas de uma maneira prática e não idealista, da reorganização do nosso exército. Tendo que proceder a uma obra nacional, que não pode ser realizada vibrando um golpe na tradição, o Partido Evolucionista é o mais apto para a levar a cabo, porque sabe ter em conta que essa tradição, sendo bem e fundamentalmente da raça, não é incompatível com o espírito de inovação”⁵⁹.

Chegados a maio de 1916, paralelamente a toda esta participação ativa na vida política do país, Simas Machado era Inspetor da Arma de Infantaria, na 3ª Divisão do Exército. No ano seguinte foi promovido a general e, logo de seguida,

⁵⁸ Intervenção de Simas Machado no II Congresso Evolucionistas. Bonifácio, Luís (2008), *Congresso Evolucionista II, António José Discursa*, Benavente. Disponível: <http://cartasportuguesas.blogspot.pt/2004/11/biografia-simas-machado.html>. Consultado em 21 de junho de 2016.

⁵⁹ Citadopor, Marçal, Bruno José Navarro (2010), *Governo de Pimenta de Castro, Um general no Labirinto da I República*, dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, p. 175. Cf Intervenção de Simas Machado no II Congresso Evolucionistas. Bonifácio, Luís (2008), *Congresso Evolucionista II, António José Discursa*, Benavente. Disponível: <http://cartasportuguesas.blogspot.pt/2004/11/biografia-simas-machado.html>. Consultado em 21 de junho de 2016.

colocado na 7ª Divisão do Exército. Distinguiu-se sempre “pela forma como exerceu estes comandos”⁶⁰. Estava a chegar a hora do CEP.

O CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS

Foi com esta aura política que Simas Machado transitou para o CEP. Em março de 1917 foi promovido ao posto de General, nomeado comandante da 7ª Divisão do Exército e em maio desse ano, Comandante da 2ª Divisão do CEP. Ainda que por um curto espaço de tempo, de 29 de janeiro a 22 de fevereiro de 1918, chegou a exercer “interinamente o comando do CEP”⁶¹.

O seu passado político e a sua proximidade a António José de Almeida do Partido Evolucionista, pelo qual foi eleito deputado, muito contribuiu para a sua convocação como um dos três generais do CEP (figura 12).



Figura 12: Os três generais do CEP: Gomas da Costa, Fernando Tamagnini e Simas Machado⁶²

Depois do movimento de 14 de Maio de 1915, determinante para a queda do Governo de Pimenta de Castro, a balança do poder inclinou-se para o lado dos

⁶⁰ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Volume XXIX, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, p. 35.

⁶¹ Arquivo Histórico Militar, Boletim Individual do CEP de Simas Machado, p. 2.

⁶² Falcão, Conde (1998), *Imagens da Primeira Guerra Mundial*, Estado Maior do Exército, Lisboa, pp. 68-69.

intervencionistas. Ou seja, para o lado dos que faziam “expressar a unidade nacional à volta da participação na guerra” ainda que, no imediato, não se registasse qualquer unidade nacional⁶³. Esta era a ideia que reinava e que se descobria na retórica inesgotável de António José de Almeida: “concentrar todas as nossas energias na defesa da pátria, praticando para isso os maiores sacrifícios, solidários sempre com a nossa fiel e poderosa aliada, a Inglaterra, com a qual contamos, como ela conta connosco”⁶⁴.

Desta forma, em março de 1916, estavam lançadas as bases do Governo da União Sagrada, composto por membros dos partidos Evolucionista e Democrático. Com esta liderança, o país lançava-se num conflito difícil em torno de um enorme esforço de guerra para o qual o Exército não tinha “preparação alguma”:

*“O Exército sabe muito bem que a sua principal missão é bater-se, quando e onde a nação entender necessário, e, portanto, o exército não pode recusar-se a marchar para onde manda quem tem direito a fazê-lo. O que, porém, o Exército sabe muito bem, é que não dispõe de meios para se bater com honra, porque o Exército não possui preparação alguma, não possui armamento, nem uniformes, nem calçado. E o Exército é o culpado deste estado de coisas? Não. Os culpados são os governantes monárquicos que deixaram decair o Exército, e são os governantes republicanos que o não souberam, ou não quiseram levantar”*⁶⁵

À precária situação das Forças Armadas que, segundo o historiador António Telo, assistia à destruição da sua “eficácia militar” como resultado de uma “política consciente e sistematicamente organizada”, que o regime vinha concebendo desde 1914, juntava-se a já referida instabilidade política do país, fruto do embate que emergiu entre os “guerristas” e os “antiguerristas”⁶⁶.

Este ambiente difícil, teve os seus ecos na Instituição Militar em termos de cisões internas, relacionadas com a relutância de oficiais e soldados em intervir no conflito que assolava a Europa, conforma era intenção do Governo. A “hostilidade” à intervenção na Europa era grande, para não dizer quase geral, e em 13 de dezembro de 1916 este sentimento assumiu os contornos de uma revolta militar quando “ecloidiu um movimento militar de composição heterogénea”, liderado por

⁶³ Telo, António (2014), “Um Enquadramento Global para uma Guerra Global”, em *Idn nação e defesa*, n.º 139, *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 22.

⁶⁴ Discurso proferido em 16 de Março de 1916, pelo líder do Governo, António José de Almeida, perante o Congresso da República. Almeida, António José (1934), *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. III, Lisboa, pp. 231-235.

⁶⁵ Citadopor, Sousa, Pedro Marquês (2016), “1916: mobilização para a França”, em *Jornal do Exército*, n.º 656, Lisboa, p. 15.

⁶⁶ Telo, António (2014), “Um Enquadramento Global para uma Guerra Global”, em *Idn nação e defesa*, n.º 139, *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 12-13.

Machado dos Santos, o homem da rotunda, que “sublevou”, ainda que sem efeitos práticos, o Regimento de Infantaria Nº 15 de Tomar⁶⁷.

Ou seja, face à vontade política do regime quanto à participação de Portugal na Guerra, a missão não se afigurava nada fácil e constituiu uma verdadeira “luta contra o tempo, para mobilizar, preparar e equipar” um Exército destituído de razoáveis níveis de operacionalidade e com baixos índices de coesão institucional. No que diz respeito à mobilização, foram convocados “todas as classes activas; até à mais antiga possível dos homens incorporados em 1908”⁶⁸. Relativamente à organização, a inicial Divisão de Instrução, colocada em Tancos, sob o comando do general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, evolui inicialmente para “duas forças expedicionárias destinadas a combater em França”: O CEP e o Corpo de Artilharia Pesada. Posteriormente, por proposta do general Tamagnini de 12 de fevereiro de 1917, “o CEP cresce para um corpo de Exército a duas divisões”⁶⁹.

Neste contexto, assim que se começou a forjar a constituição do Governo, “o nome de Simas Machado surge como uma opção natural para o CEP, tendo em conta que o Partido Democrático não conta com qualquer General”. Mais uma vez, o seu passado político irá constituir-se como um elemento influenciador. Norton de Matos, então ministro da Guerra, elege-o para ser “o general político do CEP, apoiado, segundo esperava, pelo numeroso grupo de oficiais deputados do CEP (cerca de 19), de modo a enquadrar os outros dois generais”. Perante este cenário, é nomeado comandante da 2ª Divisão (figura 13). Contudo, em abril de 1918, na batalha do dia 9, “Gomes da Costa, que passou 13 meses a favorecer a 1ª Divisão, concentrando nela o que havia de melhor”, substituiu Simas Machado no comando da 2ª Divisão. Este episódio é paradigmático e revelador das circunstâncias que rodearam a organização e o emprego do CEP na Flandres, e materializa ainda, para historiadores como António Telo e Pedro Sousa, “mais uma das ironias do CEP”. Ao contrário do seu comandante, “as dúvidas de Simas Machado sobre a correção política dos guerrista aprofundam-se com a experiência do CEP e ele, como tantos outros, afasta-se cada vez mais do núcleo radical guerrista”. Este afastamento vai ter consequências e, à semelhança de outros, vai aproximá-lo do movimento liderado por Sidónio Pais que, como já aqui tivemos oportunidade de referir, procurava, desesperadamente, uma alternativa para ao regime⁷⁰.

⁶⁷ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 231-232.

⁶⁸ Sousa, Pedro Marquês (2016), “1916: mobilização para a França”, em *Jornal do Exército*, n.º 656, Lisboa, p. 15.

⁶⁹ Henriques, Mendes Castro; António Rosas Leitão (2001), *La Lys – 1918 – Os Soldados Desconhecidos*, Lisboa, Prefácio, p. 12.

⁷⁰ Telo, António; Pedro Marquês de Sousa (2016), *O CEP, Os Militares Sacrificados pela Política*, Porto, Fronteira do Caos, p. 209. Importa referir que Simas Machado, agastado com a evolução ideológica do Partido, chegou a romper com os evolucionistas para se

Em fevereiro de 1919, o seu desempenho viria a ser publicamente reconhecido quando foi “louvado pelas excelentes qualidades de militar brioso e prestigioso e dotes excepcionaes de comando de que deu provas durante o tempo em que comandou a 2ª Divisão do Corpo Expedicionário Português e interinamente o mesmo corpo”⁷¹.

OS AÇORES E O ALTO COMISSARIADO

Tal como muitos oficiais do Exército, aderiu ao movimento liderado por Sidónio Pais e este, conhecedor das suas reais capacidades, entregou-lhe de imediato responsabilidades de grande envergadura, num contexto geoestratégico que estava a pôr em causa a segurança do país insular. Para grande surpresa e espanto de Tamagnini, ao regressar de licença ao país, no início do ano de 1918, Simas Machado não mais regressou a França para ser nomeado, pelo presidente Sidónio Pais, Alto-Comissário da República nos Açores⁷².

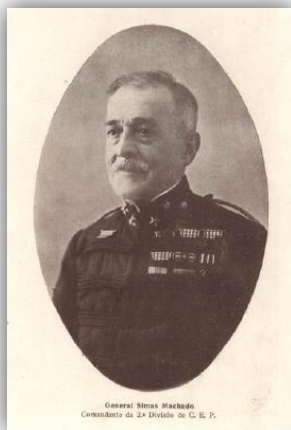


Figura 13: General Simas Machado, Comandante da 2ª Div do CEP⁷³

juntar à União Nacional Republicana de Egas Moniz. Santos, Miguel Dias (2010), *A Contra-Revolução na 1ª República, 1910-1919*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 352.

⁷¹ Arquivo Histórico Militar, Boletim Individual do CEP de Simas Machado, p. 2.

⁷² Pestana, Isabel (2004), *Memórias do General - Os meus três comandos de Fernando Tamagnini*, parte II, Viseu, SACRE/Fundação Mariana Alves, pp. 43-205.

⁷³ Soares, Alberto (coord.), *Os Generais do Exército- Vol. III, Tomo I*, Biblioteca do Exército Português, p. 165.

Sobre esta missão importa contextualizar o seguinte. Era uma época em que se suspirava por uma “República Nova que regenerasse a vida política nacional pelo império da ordem e da lei contra a demagogia”. Ou seja, um período da nossa História que apresentava grandes desafios para o país, que só poderiam ser honrados por homens de grande envergadura pessoal e intelectual. No caso concreto das ilhas, é bom recordar que, desde os finais do século XIX, no âmbito da estratégia das grandes potências, a forma como os Açores deveriam contribuir para o controlo do Atlântico bem como, a sua importância para a inclusão de Portugal no Sistema Político Internacional, eram assuntos que vinham sendo debatidos. Com a entrada de Portugal na Grande Guerra, os efeitos chegaram ao arquipélago e tudo se precipitou. O alargamento da campanha submarina produziu ataques ao Funchal, em dezembro de 1916, e numa fase posterior, em julho de 1917, Ponta Delgada também foi atacada. Aqui, apesar dos inúmeros feridos, de um morto e de significativos danos materiais, as consequências só não foram maiores porque na ilha estava estacionado um navio norte-americano, o *Orion*, que travou a retaliação alemã a Portugal em terras açorianas, obrigando o submarino alemão a afastar-se. Perante este cenário, os EUA concluíram que os Açores tinham um elevado valor estratégico para os alemães e convenceram-se que os submarinos hostis “tencionavam usar os Açores como um ponto para encontros a caminho da América”⁷⁴.

Mas essa importância não era só para a frota naval alemã, tal como António Telo sublinha, não nos podemos esquecer que uma base americana em Ponta Delgada representaria “um marco na evolução americana, um passo essencial para o seu papel global”. Ela era encarada “como uma base essencial para projetar o poder americano no futuro”⁷⁵. Foi por isso que americanos decidiram avançar. Tratou-se de uma decisão foi tratada à revelia das autoridades portuguesas, tendo sido concretizada “como uma questão meramente técnica de pouca importância, ignorando-se propositadamente o significado político do movimento americano”. Só depois de alguns avanços e recuos diplomáticos entre Londres, Lisboa e Washington é que o pedido oficial para a criação da Base dá entrada em 30 de outubro com o “pleno assentimento” a ser concedido a 8 de novembro⁷⁶.

Perante estes factos, com a instalação desta Base Naval Americana em Ponta Delgada emergiram, quase que naturalmente, tensões entre as autoridades locais e as forças militares americanas e portuguesas presentes na ilha. Era previsível que esta sequência de acontecimentos, num futuro muito próximo, iria “exigir uma unidade de mando que não se compadecia com a complexidade da organização

⁷⁴ Telo, António (1993), *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, Edições Asa, pp. 114-115.

⁷⁵ Telo, António (2014), “Um Enquadramento Global para uma Guerra Global”, em *Idn nação e defesa*, n.º 139, *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 31.

⁷⁶ Telo, António (1993), *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, Edições Asa, pp. 119-130.

administrativa dos Açores, divididos em três distritos, cada um com ligação direta ao governo central⁷⁷.

Para complicar a situação, Sidónio Pais, que tinha chegado à cadeira do poder em dezembro de 1917, logo em janeiro do ano seguinte, decidiu fazer uma “dança de cadeiras” nomeando para autoridades locais alguns “monárquicos que tinham adoptado atitudes contrárias à participação portuguesa na guerra”. Os aliados depressa manifestaram as suas apreensões e de imediato diligenciaram, em Lisboa, para que fossem consideradas “as simpatias que o esforço aliado merece às personalidades nomeadas”. Tudo isto porque o cônsul americano nos Açores “classificava as novas autoridades locais nomeadas por Lisboa de pró-alemãs, muito especialmente o presidente da Câmara de Ponta Delgada e o comissário da polícia”. Inglaterra contrapôs, através de um relatório enviado ao representante americano na ilha e este cedeu, sem no entanto, deixar de registar “uma certa hostilidade no sector militar e naval⁷⁸”.

Sensível ao apelo, a solução que Lisboa encontrou para amenizar esta hostilidade foi “a criação do Alto-Comissariado para os Açores com poderes de centralização de todas as funções militares, incluindo a defesa marítima”. Simas Machado, que tinha raízes açorianas, “considerado pelos ingleses, como um amigo”, foi o eleito⁷⁹.

Foi através do decreto n.º 3.986 de 26 de Março de 1918 que o presidente Sidónio Pais promulgou a criação do cargo de Alto Comissário da República nas ilhas dos Açores, “para superintender em todos os serviços de administração pública e adotar as providências excepcionais que em cada caso julgasse necessárias, a bem do interesse das respectivas populações”. Para além destas competências de índole geral, foi-lhe conferido “os poderes de nomear e demitir as autoridades administrativas e militares de todo o território das ilhas”. Para o ajudar, Simas Machado, reuniu uma serie de ajudantes de campo que estiverem com ele no CEP. Nomeadamente, “o capitão João Augusto de Fontes Pereira de Melo (ajudante de campo), o tenente Baltasar Moreira de Brito Xavier (adjunto e chefe interino da secção militar) e como seu oficial às ordens, o tenente, António Manuel da Mota e Costa (adjunto e chefe interino da secção civil), todos com excelentes

⁷⁷ Cordeiro, Carlos (2010), “Um percurso político: José Bruno Tavares Carreiro (1880-1957). De abnegado regenerador a autonomista pragmático”, em Maria Manuela Tavares Ribeiro (Coord.), *Outros Combates pela História*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 114. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/31584/1/9-Carlos%20Cordeiro.pdf?ln=pt-pt>; Consultado em 12 de agosto de 2016.

⁷⁸ Telo, António (1993), *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, Edições Asa, pp. 138-141.

⁷⁹ Telo, António (1993), *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, Edições Asa, p. 141.

informações”⁸⁰. Ainda para o auxiliar nesta difícil missão, além daqueles que anteriormente foram referidos, foi nomeado José Bruno Tavares Carreiro (figura 14) como chefe do seu gabinete civil, “cargo de grande delicadeza ao tempo, particularmente quando nesse ano e no seguinte a ilha de São Miguel foi atingida pela grande pandemia da gripe pneumónica”⁸¹.



Figura 14: José Bruno Tavares Carreiro⁸²

Uma equipa constituída por gente inteligente, liderada por um homem que demonstrou sempre um caracter ativo e renovador, para fazer face uma situação política extremamente delicada. Para além da delicadeza do contexto internacional, Simas Machado teve ainda que enfrentar a escassez de meios que lhe foram disponibilizados para enfrentar os inúmeros problemas que açulavam as ilhas. Nomeadamente, em termos de forças e instalações, circunstância que limitou imenso a sua ação⁸³.

Pouco tempo depois da sua nomeação, 11 dias, já o general Simas Machado se encontrava a bordo do San Miguel, rumo a Ponta Delgada, onde chegou no dia 15 de abril de 1918. A aguardá-lo no cais da alfândega, para além do Povo de Ponta

⁸⁰ Rezendes, Sérgio Alberto Fontes (2008), *A Grande Guerra nos Açores, Memória Histórica e Património Militar*, Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, Universidade dos Açores, p. 192. Disponível em: http://www.aofa.pt/rimp/A_Grande_Guerra_nos_Acores.pdf; Consultado em: 12 de agosto de 2016.

⁸¹ Governo dos Açores, Arquivo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, Alto Comissariado da República nos Açores, Disponível em: <http://www.arquivos.azores.gov.pt>. Consultado em 22 de Agosto de 2016.

⁸² Geneall, *José Bruno Tavares Carreiro*. Disponível em: <http://geneall.net/pt/nome/233263/jose-bruno-tavares-carreiro/>. Consultado em: 22 de agosto de 2016.

⁸³ Guill, James H. (1993), *A History of the Azores Islands, Volume 5*, Golden Shield International, Golden Shield Publications, p. 514.

Delgada, estavam “todas as autoridades civis e militares, assim como uma Guarda de Honra de Infantaria e Artilharia”⁸⁴. Foi um dia festivo, com o povo de Ponta Delgada a fazer “uma manifestação vibrante de entusiasmo” e com a Fortaleza de S. Braz a brindar “com 21 tiros o desembarque do ilustre oficial do exército portuguez, que foi residir para o palácio do sr. Marquez da Praia e de Monforte, para onde foi transferido o quartel general”⁸⁵ (figura 15).



Figura 15: Simas Machada à chegada a Ponta Delgada⁸⁶

Como se pode ver pela descrição, a Simas Machado esperava-o um ambiente difícil, particularmente com aqueles que tinham responsabilidades no âmbito da defesa marítima: os americanos. Este ambiente tornou-se ainda mais tenso depois de se decidir pelo afastamento do *Vasco da Gama* de Ponta Delgada. Esta foi uma das primeiras ações que teve que tomar e que se viria a revelar “numa fonte de conflito político com os americanos”. Com base nos relatórios que davam conta de uma presença de submarinos alemães na Horta, mandou avançar o cruzador

⁸⁴ Rezendes, Sérgio Alberto Fontes (2008), *A Grande Guerra nos Açores, Memória Histórica e Património Militar*, Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, Universidade dos Açores, pp. 191-192. Disponível em: http://www.aofa.pt/rimp/A_Grande_Guerra_nos_Acores.pdf; Consultado em: 12 de agosto de 2016.

⁸⁵ Ilustração Portuguesa n.º 642, de 10 de junho de 1918, p. 458. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 12 de agosto de 2016.

⁸⁶ Ilustração Portuguesa n.º 642, de 10 de junho de 1918, p. 458. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 12 de agosto de 2016.

português para esse porto, cuja presença americana só se fazia sentir de forma residual. Obviamente que esta decisão não agradou o comandante naval americano, que numa primeira instância apresentou várias razões de índole técnica para a não cumprir, mas a determinação de Simas Machado venceu e a ordem foi consumada⁸⁷. Este episódio é revelador do seu elevado espírito de missão, determinação e das suas assinaláveis capacidades de liderança que sempre colocou ao serviço da Nação.

Mas a sua acção fez-se sentir noutros setores. Depois de se instalar, desde logo iniciou uma “política de relações públicas”, que lhe deixaria a imagem de “um verdadeiro palaciano em que a todos dirigiu a palavra, tendo para cada pessoa uma frase sempre moldada na mais requinta delicadeza”. Também se envolveu nas questões sociais. Simas Machado ficaria conhecido como um “benfeitor” de alguns albergues de beneficência aos pobres, “visitou hospitais” de Ponta Delgada e das restantes ilhas, designadamente durante a gripe espanhola, com o intuito de se “inteirar dos acontecimentos e tomar as necessárias providências”. Relativamente à atividade civil, o poder que lhe estava atribuído traduzia-se através de “portarias e decretos”, que compreendiam quase todas os sectores da sociedade, como eram os casos, das atividades judiciais, pecuniárias, eleitorais e alfandegárias. Também tinha a responsabilidade em nomear os “governadores civis, ordenando mesmo a reclusão de um por 12 dias no forte de São Brás, em Ponta Delgada”, em repor as autoridades administrativas, em nomear comissões de censura e em decretar recenseamentos. Quanto à autonomia financeira, tinha competência para “adiantar empréstimos a organizações administrativas” como foi o caso, da Junta Geral e da Câmara Municipal de Ponta Delgada, numa altura em que estas instituições registavam dificuldades de liquidez, ao ponto de intervir no “pagamento dos ordenados em atraso aos funcionários das Obras Públicas”. O Alto Comissariado envolveu-se também, na questão dos “presos políticos” e na questão da “saúde pública”. Relativamente a este último tema, destaca-se o auxílio prestado à delegação da Cruz Vermelha em Ponta Delgada, no âmbito das pestes e das epidemias), circunstância que seria bem lembrada por Luís de Bettencourt de Medeiros e Câmara ao Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa⁸⁸:

“Foi então que S. Ex.^a o Alto Comissário da República nos Açores deliberou tomar sobre si a direcção suprema de tudo quanto fosse preciso fazer para a debelar, tendo eu, na qualidade de presidente da Delegação e para isso

⁸⁷ Telo, António (1993), *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, Edições Asa, pp. 141-142.

⁸⁸ Rezendes, Sérgio Alberto Fontes (2008), *A Grande Guerra nos Açores, Memória Histórica e Património Militar*, Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, Universidade dos Açores, pp. 194-196. Disponível em: http://www.aofa.pt/rimp/A_Grande_Guerra_nos_Acores.pdf; Consultado em: 12 de agosto de 2016.

*escolhido pela Direcção a que tenho a honra de presidir tomado parte na reunião convocada por aquele ex. senhor, a qual tinha por fim estudar a forma mais prática de combater a epidemia, evitando a sua propagação, e auxiliar os muito pobres, indigentes mesmo, a quem faltavam os mais rudimentares recursos, tanto em agasalhos como em tratamento. Entre as diversas deliberações tomadas, nessa reunião, além da nomeação de uma “Comissão Central de Assistência” composta de cavalheiros de comprovada competência e na sua maioria sócios da Cruz Vermelha, houve a de se abrir imediatamente uma subscrição pública que num pequeno espaço de tempo atingiu a soma de quinze mil escudos que, junto a vinte mil fornecidos pelo Governo da República, era quantia mais que suficiente para fazer face a todas as despesas”. Além dos serviços que junto de S.^a Ex.^a o Altocomissário da República nos Açores prestei, auxiliando-o em tudo quanto me foi possível e acompanhando-o em visitas a doentes tanto na cidade como fora dela*⁸⁹.

Ainda em matéria de saúde pública, manifestou a sua preocupação com a propagação da gripe espanhola e da varíola ao proibir os “ajuntamentos” e ao impor “medidas de quarentena a bordo das embarcações que escalassem os portos, em especial os oriundos de Lisboa”. Também interferiu ao nível do código da estrada, “impondo um limite máximo de 15 km por hora às viaturas automóveis ou na proibição de venda de bebidas a militares”. Antes de terminar as suas funções, em março de 1919, teve que acolher algumas reivindicações da sociedade açoriana para a resolução de “muitos problemas”. Nomeadamente, a questão das “exportações”, dos “transportes” e da “educação”, esta a propósito da abolição dos liceus centrais a cargo do Estado, em especial o de Angra. Neste particular, Simas Machado fez valer a sua sensibilidade pedagógica e reverteu a situação ao não mandar fechar o liceu, decisão que muito contribuiu para “acalmar” a população local. Noutras situações, marcou a sua posição junto do governo central e influenciou determinadas medidas que viriam a ser adotadas, como foi o caso da “proposta de nome do liceu da Horta para Manuel Arriaga, ou na reposição das Comissões Administrativas e Juntas de Freguesia”. Revelou sempre uma preocupação extrema na resolução dos problemas que assolavam as ilhas e foi no sequência dessa postura, que também deu especial relevo aos produtores de ananás, “prometendo fazer eco das suas manifestações junto ao Governo”⁹⁰.

⁸⁹ Rezendes, Sérgio Alberto Fontes (2008), *A Grande Guerra nos Açores, Memória Histórica e Património Militar*, Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, Universidade dos Açores, p. 196. Disponível em: http://www.aofa.pt/rimp/A_Grande_Guerra_nos_Acores.pdf; Consultado em: 12 de agosto de 2016.

⁹⁰ Rezendes, Sérgio Alberto Fontes (2008), *A Grande Guerra nos Açores, Memória Histórica e Património Militar*, Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, Universidade dos Açores, pp. 196-197. Disponível em:

Quanto à instituição militar nas ilhas, “destaca-se a visita aos quartéis, de forma rotineira”. A assinatura do armistício foi comemorada com pompa e circunstância. Ordenou o hasteamento da bandeira nacional, bem como uma salva de 21 tiros, e a banda regimental do RI 26 receberia ordem para percorrer as ruas de Ponta Delgada tocando o hino nacional. Com o fim da guerra e superada a difícil situação resultante do surto de gripe pneumónica, a acção do Alto Comissariado “deixou de se fazer sentir”. A 26 de março de 1919, Simas Machado comunicou ao Comando Militar dos Açores para que “preparasse a saída dos seus adjuntos, assim como a publicação dos respectivos louvores”⁹¹.

Ao longo da sua permanência nos Açores revelou sempre uma atitude enérgica e determinada na defesa dos interesses portugueses, nomeadamente, perante a presença americana na ilha. E por outro lado, simultaneamente a essa determinação, como elemento regulador dos serviços públicos, demonstrou sempre um grande espírito de humanismo e pragmatismo, com o intuito de servir o melhor possível as populações locais.

AS ÚLTIMAS MISSÕES

Depois do regresso ao continente, foi colocado em Vila Real para comandar a 6ª Divisão Militar, por um período que se vai estender até setembro de 1921⁹². Também continuou a manter viva a sua veia política tendo sido eleito, em 1920, Senador pelo círculo de Braga⁹³, desta vez integrado nas listas do Partido Liberal que tinha sido fundado, em 1919, no quadro de uma fusão entre os dois maiores partidos conservadores da época, o Partido Evolucionista e o Partido Unionista, e com a adesão de algumas figuras importantes que caminharam ao lado de Sidónio Pais. Quanto ao objetivo, continuava a ser o mesmo, combater a predominância dos democratas de Afonso Costa. Com os respetivos líderes partidários ocupados em funções de grande relevo para a República (António José de Almeida na presidência

http://www.aofa.pt/rimp/A_Grande_Guerra_nos_Acores.pdf; Consultado em: 12 de agosto de 2016.

⁹¹ Rezendes, Sérgio Alberto Fontes (2008), *A Grande Guerra nos Açores, Memória Histórica e Património Militar*, Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, Universidade dos Açores, p. 198. Disponível em: http://www.aofa.pt/rimp/A_Grande_Guerra_nos_Acores.pdf; Consultado em: 12 de agosto de 2016.

⁹² Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Volume XXIX, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, p. 35.

⁹³ Bonifácio, Luís (2008), *Simas Machado, Biografia*, Benavente. Disponível: <http://cartasportuguesas.blogspot.pt/2004/11/biografia-simas-machado.html>. Consultado em 21 de Junho de 2016.

da República e Brito Camacho em Moçambique como Alto-Comissário), os liberais escolheram António Granjo para os liderar. Mas o destino não lhes era favorável. A 19 de outubro de 1921, naquela que ficou conhecida como a “noite sangrenta”, o líder dos liberais, António Granjo, juntamente com outros que tinham tido um papel marcante nos acontecimentos que levaram à implantação da República em 1910, como Machado dos Santos e José Carlos da Maia, foi brutalmente assassinado (figura 16).

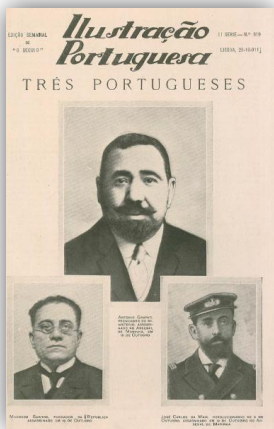


Figura 16: António Granjo, Machado dos Santos e José Carlos da Maia, os três assassinados na noite de 19 de outubro de 1921⁹⁴

Este acontecimento marcou a sociedade portuguesa e, muito particularmente, Simas Machado. O sentimento de desilusão e de tristeza instalou-se no seio daqueles que, de acordo com as suas convicções, tudo fizeram para defender o ideal republicano, tendo tido “a ingenuidade de supor que a sua terra lhes agradecia tudo quanto fizeram por ela”⁹⁵. As linhas que a *Ilustração Portuguesa* de 22 de outubro dedicou ao acontecimento, são ilustrativas desse sentimento e ajudam a compreender os passos seguintes da vida profissional do prestigiado militar português, onde a componente cultural passou a ter um espaço de eleição:

⁹⁴ Ilustração Portuguesa n.º 819, de 29 de outubro de 1921, p. 302. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 12 de agosto de 2016.

⁹⁵ Ilustração Portuguesa n.º 819, de 29 de outubro de 1921, p. 301. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 12 de agosto de 2016.

*“Perdemos tudo: os heróis, os santos, as certezas e os sonhos. Só nos falta agora perder o povo, este bom povo de Portugal que meia dúzia de feras pretende caluniar, atribuindo-lhe instintos que ele não tem, abalando-lhe o seu prestígio de povo amável, de povo alegre e feliz, povo que canta e dança todo o ano, um povo que é a cigarra dos povos.”*⁹⁶

Depois desse período, e após várias comissões de serviço, especialmente como membro do júri de exames para o generalato, até dezembro de 1925, foi o Comandante da 5ª Divisão Militar em Coimbra. Durante esse comando, uma comissão por ele presidida, a Comissão para a Consagração do Herói desconhecido sepultado na Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha, encetou o projeto de edificação do Lampadário Monumental⁹⁷.

O local escolhido foi a Batalha, isto porque, desde os finais do século XIX que Mosteiro daquela cidade estava associado a “uma leitura histórica de referência nacionalista e celebrativa que justificou” a escolha para ser o “fiel guardião do Soldado Desconhecido”. Foi em abril de 1921 que para aí foram conduzidos “os dois soldados desconhecidos, provenientes de França e de África e que representavam o “sacrifício heroico do Povo Português”. Edificado sob a imponente abóbada da Casa do Capítulo e alumiado pela “Chama da Pátria” do Lampadário Monumental, da autoria do mestre Lourenço Chaves de Almeida, o “túmulo tem Guarda de Honra e a proteção do mutilado Cristo das Trincheiras” que no território de Neuve-Chapelle, na Flandres foi companheiro constante das tropas portuguesas (figura 17)⁹⁸.

Ainda no âmbito cultural, também desempenhou outras funções de destaque, como foi o caso da presidência do Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra⁹⁹. Aqui, Simas Machado tentou contribuir para a defesa do património artístico do País através de um esforço notável no âmbito da restauração e reintegração dos monumentos Nacionais e dos Edifícios Públicos. Este empreendimento, permitiu que Simas Machado contribuísse para a conservação da memória nacional e com isso, atestará perpetuamente os seus serviços aos cuidados

⁹⁶ Ilustração Portuguesa n.º 819, de 29 de outubro de 1921, p. 302. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>; Consultado em 12 de agosto de 2016.

⁹⁷ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Volume XXIX, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, p. 35.

⁹⁸ Direção Geral do Património Cultural, Mosteiro da Batalha, Soldado Desconhecido. Disponível em: <http://www.mosteirobatalha.pt/pt/index.php?s=white&pid=176>. Consultado em: 26 de Agosto de 2016.

⁹⁹ Soares, Alberto (coord.), *Os Generais do Exército- Vol. III, Tomo I*, Biblioteca do Exército Português, pp. 165-166.

e as atenções que a conservação da riqueza artística lhe merecia. Foi outra forma que encontrou para servir a sua amada Pátria.



Figura 17: Lampadário Monumental ao Soldado Desconhecido no Mosteiro da Batalha¹⁰⁰

Em 1925, ainda lhe estava reservada mais uma missão delicada, ao ser nomeado presidente do Júri que, no Tribunal Militar, viria a julgar os oficiais mentores da revolta de 18 abril de 1925¹⁰¹.

Mais uma vez, a retidão do seu carácter, a justeza das suas decisões e a sua inexcedível competência técnica levou a que lhe fosse conferida mais uma função de elevadíssima responsabilidade. Neste caso em particular, não só pelas personalidades envolvidas mas também, pelo contexto político e social que envolvia este julgamento.

Esta audiência apresentava contornos verdadeiramente “*sui generis*”, onde os “réus faziam papel de heróis e os acusadores e o Governo de réus”. Isto era o resultado do rescaldo do acontecimento, que tinha revelado uma situação verdadeiramente “paradoxal: enquanto os vencidos e os seus apoiantes se mostravam orgulhosos da façanha e prontos a repeti-la, os vencedores pareciam incomodados, embaçados, quase envergonhados da vitória”¹⁰².

Lembramos ainda, que este acontecimento é considerado como o “ensaio geral” do golpe militar de 28 de maio de 1926. Baseados no modelo da ditadura de

¹⁰⁰ Direção Geral do Património Cultural, Mosteiro da Batalha, Soldado Desconhecido. Disponível em: <http://www.mosteirobatalha.pt/pt/index.php?s=white&pid=176>. Consultado em: 26 de Agosto de 2016.

¹⁰¹ Bonifácio, Luís (2008), *Congresso Evolucionista II, António José Discursa*, Benavente. Disponível: <http://cartasportuguesas.blogspot.pt/2004/11/biografia-simas-machado.html>. Consultado em 21 de Junho de 2016.

¹⁰² Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 448 e 455.

Primo Rivera em Espanha, os revoltosos, nos quais estavam incluídos o general Sinel de Cordes, o coronel Raul Esteves e o capitão-de-fragata Filomeno da Câmara, queriam, “a reorganização e saneamento do Exército e da Marinha”, “a rigorosa compressão das despesas do Estado pelo afastamento de funcionários em excesso, numa amálgama de objetivos militares e políticos que mobilizava então a tropa e a opinião pública”¹⁰³. Todos eles eram militares prestigiados nas suas corporações, pelo que a sua participação no 18 de abril “tinha de causar emoção em vários meios castrenses”. Durante o período em que aguardavam julgamento, estiveram “presos” no forte de Elvas, à semelhança de dezenas de oficiais, sargentos da Marinha e do Exército, que recolheram a São Julião da Barra”¹⁰⁴.

Em Elvas, o comandante do forte era um tenente-coronel, Passos e Sousa, que se “identificava com as ideias e os propósitos dos seus novos prisioneiros”. Por este motivo, a cidade raiana do Alto Alentejo poderá ser considerada, tal como Raul Esteves terá oportunidade de confessar mais tarde, o “posto de comando” da conspiração de 1926¹⁰⁵:

*“A preparação do 28 de Maio iniciou-se no Forte da Graça, de Elvas, quando ali nos encontrávamos, presos, os chefes do 18 de Abril, general Sinel Cordes, comandante Filomeno da Câmara e eu. Para base da organização aproveitou-se quanto estava delineado para o movimento de 18 de Abril”*¹⁰⁶.

O julgamento dos prisioneiros iniciou-se no primeiro dia dos mês de Setembro, com mais 160 acusados do 18 de Abril. Teve lugar na sala do Risco do Arsenal da Marinha com os arguidos a serem defendidos por Cunha Leal; Tamagnini Barbosa e pelo capitão Bártolo Machado. Com um papel determinante no desenlace final da sentença, o promotor público, o general Carmona, fez rasgados elogios aos conspiradores, elogiou a iniciativa e pediu a absolvição dos julgados. O júri, formado pelos generais Alves Pedrosa, Simas Machado, Luís Domingues, Álvaro Pereira e Domingues Peres, deliberou e o Tribunal determinou a absolvição dos réus¹⁰⁷ (figura 18).

¹⁰³ Ferreira, Medeiros (2000), “Forças Armadas e o Regime Autoritário”, em *Nação e Defesa*, n.º 94 – 2ª Serie, Lisboa, p. 109.

¹⁰⁴ Serrão, Joaquim Veríssimo (1989), *História de Portugal, Volume XI, A Primeira República (1910-1926)*, s.l., Editorial Verbo, p. 301.

¹⁰⁵ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 455.

¹⁰⁶ Citadopor, Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 455.

¹⁰⁷ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 455.



Figura 18: Julgamento dos Revoltosos de 18 de Abril de 1925¹⁰⁸

Nos finais de 1925, foi nomeado comandante da 1ª Divisão Militar, em Lisboa, cargo que irá ocupar até data da Revolução Nacional de 28 de maio de 1926. A seu pedido, é exonerado do cargo passados alguns dias¹⁰⁹. Simas Machado não irá aderir ao movimento que instituiu a ditadura militar e que, de imediato, gerou a suspensão da Constituição de 1911, a dissolução do Parlamento e o estabelecimento da Censura. Esta postura, que era coerente com o que vinha defendendo desde 1910, afastou-o de Gomes da Costa, o homem que tinha estado ao seu lado em França e na defesa a Sidónio Pais, e terá sido essa a circunstância determinou o epílogo da sua carreira. Pensamos que desiludido mas, as suas convicções e a sua jura à República, no contexto de um Portugal livre e democrático, não lhe permitiram outra decisão para além daquela que tomou.

No final desse mesmo ano passa à reforma mas, o seu espírito de servir e de não deixar esquecer aqueles que, em condições extremamente difíceis, morreram pela Pátria, levou-o a integrar a Liga dos Combatentes e a Comissão Central dos Padrões da Grande Guerra. Viria a falecer em Coimbra, a 16 de Março de 1927, com 67 anos¹¹⁰. Portugal perdia um dos melhores oficiais generais da sua geração, o político e o militar que, resumidamente, se podia expressar, por ter cumprido com

¹⁰⁸ Arquivo Mário Soares – Fotografias Exposição Permanente, (1925) *Julgamento dos Revoltosos de 18 de Abril de 1915*, CasaComum.org. Disponível em: [HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_114839](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_114839) (2016-8-23). Consultado em: 23 de Agosto de 2016.

¹⁰⁹ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Volume XXIX, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, p. 35.

¹¹⁰ Soares, Alberto (coord.), *Os Generais do Exército- Vol. III, Tomo I*, Biblioteca do Exército Português, p. 166.

sucesso todas as missões que abraçou ao longo de várias décadas de serviço patriótico, nomeadamente em defesa dos valores da República.

Foram muitos os louvores que, durante a sua longa carreira, “puseram em relevo as altas qualidades do prestigioso militar e, especialmente, as excepcionais qualidades de comando que deu provas durante o tempo que comandou a 2ª Divisão do CEP na Flandres e, interinamente, este Corpo”¹¹¹. Do universo de condecorações atribuídas a José Augusto Simas Machado, destacam-se as seguintes:

- “Medalha Militar Ouro, da Classe de Comportamento Exemplar, e de Prata, da Classe de Bons Serviços;
- Medalhas de Ouro Comemorativas das Campanhas do Exército Português (por duas ocasiões, uma com a legenda “1917-1918” e outra com a legenda “Ponta Delgada – Defesa Marítima – 1918-1919);
- Medalha da Vitória;
- Estrela de Prata;
- Cruz Vermelha de Mérito;
- os Graus de Cavaleiro, Oficial, Grande Oficial;
- Grã-Cruz da Ordem de Aviz;
- dos países estrangeiros, nomeadamente pelo inglês, tendo-lhe sido conferido o grau de *Knight Comander of the St. Michael and St. George*, e pelos norte-americanos com a *Service Medal*”¹¹².

CONCLUSÕES

O general José Augusto Simas Machado é, indubitavelmente, uma personagem simbólica da Histórica Contemporânea portuguesa, tendo o mérito de se ter destacado, numa época conturbada marcada pela transição para o regime político republicano, como militar e como político.

Como militar, foram múltiplas as funções em que, numa fase embrionária da sua carreira, defendeu, de acordo com as suas convicções, o interesse da Nação, destacando-se a sua iniciativa, o seu patriotismo e as suas capacidades de liderança nas ações que puserem fim às incursões monárquicas lideradas por Paiva Couceiro.

Símbolo incontornável da República portuguesa, acumulou um enorme manancial de prestígio enquanto elemento de normalização do jovem regime político republicano e que o fez alcançar um dos principais lugares da

¹¹¹ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Volume XXIX, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, p. 35.

¹¹² Soares, Alberto (coord.), *Os Generais do Exército- Vol. III, Tomo I*, Biblioteca do Exército Português, p. 166.

representatividade política nacional, a presidência da Câmara dos Deputados e mais tarde, o Alto Comissariado da República nos Açores.

Durante um período difícil para o país, num contexto de afirmação do novo regime republicano, serviu a Nação como militar, na chefia de diversos estabelecimentos e órgãos da estrutura superior da Instituição Castrense, em funções de elevadíssima responsabilidade, tendo sempre evidenciado assinaláveis capacidades de liderança e com o seu trabalho a ser referenciado como um exemplo a seguir.

Enquanto político também se destacou ao serviço da Nação. Um fervoroso protetor do Interesse Nacional tentou sempre, encurtar as divergências partidárias reinantes na elite política, para promover o interesse de Portugal em detrimento do interesse pessoal. Esta postura, que lhe comprovou um profundo sentido do dever, marcou a sua vida e revelou um profundo sentimento pátrio que foram determinantes em diversos momentos da sua carreira.

Em todos esses cargos e funções que desempenhou, a sua humanidade, a sua humildade, a sua imparcialidade, a sua competência e a sua retidão estiveram sempre presentes e foram essas mesmas qualidades, humanas e profissionais, que o levaram a conquistar um manancial de confiança inabalável nos seus subordinados, fossem eles militares ou civis.

Mas não se ficou por aqui, o ensino também foi uma das linhas mestres da sua carreira. Consciente de que deveria concorrer para melhorar os níveis de escolarização do seu povo encetou, em paralelo, uma brilhante carreira de professor que, acima de tudo, reflete o seu entusiasmo pela pedagogia e testemunha o importante papel que os militares desempenharam no campo da Educação em Portugal. Para Simas Machado, era fundamental educar cidadãos úteis à Pátria para que, através do seu empenho e do seu trabalho, contribuíssem para o engrandecimento da riqueza do país

Simas Machado pautou toda a sua vida pelo serviço à Pátria, colocando o interesse da Nação sempre à frente dos interesses individuais, cedo se convenceu que, para o efeito, era necessário dotar a Nação com líderes corajosos, empenhados, humildes e, acima de tudo, honestos.

O general José Augusto Simas Machado constituiu-se desta forma como uma ilustre figura da nossa História e uma expressão dos valores e das virtudes que devem caracterizar não só todo o militar, mas também todo o cidadão. A sua vida pode perfeitamente constituir uma referência para os novos Alunos da Academia Militar, mas também pode constituir um bom exemplo de como se deve servir a Pátria, sem interesses pessoais e movido de um enorme espírito de nacionalidade.

Para além de tudo isso, optar pelo nome de Simas Machado para Patrono de um dos Cursos da Academia Militar, cidadão que teve um papel tão relevante para Portugal, nomeadamente nos primeiros anos da República, significa celebrar a tradição secular da Academia Militar alicerçada na coesão de todos aqueles que

escolheram, por sua livre vontade, seguir a carreira das armas. Simas Machado representa tudo isto. Com uma excepcional carreira militar e política, marcou a sua época promovendo, permanentemente, o amor à sua Pátria.

Aos novos alunos da Academia Militar compete-vos dar continuidade a este desígnio promovendo, constantemente, atributos de carácter, de honra, de lealdade, de culto da ordem e da disciplina e por fim, mas não menos importante, o desafio de vencerem pelo vosso próprio esforço. É dessa forma que devem servir o Exército, a Guarda Nacional Republicana e Portugal, oferecendo o que de melhor conseguirem ser enquanto cidadãos e enquanto militares.

Para encerrar, deixamos uma breve alusão à homenagem feita à memória do general Simas Machado, pronunciada pelo coronel Osório de Castro, representante Liga dos Combatentes, na sessão comemorativa do 30º dia do aniversário do falecimento deste sublime oficial, cuja vida e obra, de uma certa forma, também aqui homenageamos. As palavras são bem ilustrativas das suas qualidades, enquanto militar e enquanto cidadão, e resumem, de uma forma sublime, as linhas que acabámos de traçar sobre o general José Augusto Simas Machado:

“Fazendo o elogio do homenageado, o orador começou por acentuar que não alia indiferentemente as qualidades de homem de bem às de grande militar, porque nunca se poderá ser um verdadeiro chefe de guerra, digno de levar soldados para a morte pela Pátria, sem se ter um alto sentimento da honra, do dever, do desinteresse pessoal e da simples piedade humana”¹¹³.



Figura 18: General José Augusto Simas Machado¹¹⁴

¹¹³ Biblioteca Nacional de Portugal, s.a., *Notícia sobre a Sessão Comemorativa do 30.º Aniversário do Falecimento do General José Augusto Simas Machado*, s.n. Disponível: http://purl.pt/26967/4/490082_PDF/490082_PDF_24-C-R0150/490082_0000_1-39_t24-C-R0150.pdf. Consultado em abril de 2016.

¹¹⁴ Biblioteca Nacional de Portugal, *General Simas Machado*, Disponível em: <http://purl.pt/26601/1/index.html#/1/html>. Consultado em 12 de agosto de 2016.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Arquivo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, Alto Comissariado da República nos Açores.

Disponível em: <http://www.arquivos.azores.gov.pt/details?id=1216665>

Arquivo Histórico Militar; Processo Individual de Simas Machado da Escola do Exército.

Arquivo Histórico Militar, Processo Individual do CEP de Simas Machado.

Arquivo Histórico Militar, Livro de Matrícula do Regimento de Infantaria N.º 8.

Arquivo Mário Soares – Fotografias Exposição Permanente, (1925) *Julgamento dos Revoltosos de 18 de Abril de 1915*, CasaComum.org.. Disponível em: [HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_114839](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_114839) (2016-8-23).

Assembleia da República, Debates Parlamentares, Catálogos Gerais, Diário da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/>.

Hemeroteca digital, revista *Ilustração Portuguesa*.

Disponível em: <http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort>.

Afonso, Aniceto (2005), *Boletim do Arquivo Histórico Militar, 65.º Volume – 2002-2003*, Lisboa, Gráfica 2000.

Almeida, António José (1934), *Quarenta Anos de Vida Literária e Política, vol. III*, Lisboa.

Biblioteca Nacional de Portugal, *General Simas Machado*, Disponível em: <http://purl.pt/26601/1/index.html#/1/html>.

Biblioteca Nacional de Portugal, s.a., *Notícia sobre a Sessão Comemorativa do 30.º Aniversário do Falecimento do General José Augusto Simas Machado*, s.n. Disponível: http://purl.pt/26967/4/490082_PDF/490082_PDF_24-C-R0150/490082_0000_1-39_t24-C-R0150.pdf. Consultado em abril de 2016.

Borges, Vieira (1993), “D. Miguel Pereira Forjaz”, em “*50 Anos de Patronos da Escola do Exército e da Academia Militar, 1953-2003*”, (2004), Lisboa, Academia Militar.

Cordeiro, Carlos (2010), “Um percurso político: José Bruno Tavares Carreiro (1880-1957). De abnegado regenerador a autonomista pragmático”, em Maria Manuela Tavares Ribeiro (Coord.), *Outros Combates pela História*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/31584/1/9-Carlos%20Cordeiro.pdf?ln=pt-pt>; Consultado em: 12 de agosto de 2016.

Falcão, Conde (1998), *Imagens da Primeira Guerra Mundial*, Estado Maior do Exército, Lisboa.

Ferreira, Medeiros (2000), “Forças Armadas e o Regime Autoritário”, em *Nação e Defesa, n.º 94 – 2ª Serie*, Lisboa.

Fraga Luís (s.a.), “La Lys – A Última Batalha do Exército Português”, em *Dia da História Militar*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 401-417.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Volume XXIX*, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada.

Gilbert, Martin (2013), *A Primeira Guerra Mundial*, 2ª Edição, Lisboa, A Esfera dos Livros.

Guill, James H. (1993), *A History of the Azores Islands, Volume 5*, Golden Shield International, Golden Shield Publications.

Henriques, Mendes Castro; António Rosas Leitão (2001), *La Lys – 1918 – Os Soldados Desconhecidos*, Lisboa, Prefácio.

- Lemos, Eduardo Rodrigues Cardoso (1911), *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados*, Lisboa, Livraria Ferreira.
- Marçal, Bruno José Navarro (2010), *Governo de Pimenta de Castro, Um general no Labirinto da I República*, dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- Marques, Oliveira A. H (coord.) (2000), *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Edições Afrontamento.
- Pestana, Isabel (2004), *Memórias do General - Os meus três comandos de Fernando Tamagnini*, parte II, Viseu, SACRE/Fundação Mariana Alves.
- Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Rezendes, Sérgio Alberto Fontes (2008), *A Grande Guerra nos Açores, Memória Histórica e Património Militar*, Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, Universidade dos Açores. Disponível em: http://www.aofa.pt/rimp/A_Grande_Guerra_nos_Acores.pdf; Consultado em: 12 de agosto de 2016.
- Santos, Miguel Dias (2010), *A Contra-Revolução na 1ª República, 1910-1919*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Saraiva, José Hermano Saraiva (2007), *História Concisa de Portugal*, 24ª Edição, Mem Martins, Publicações Europa América.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1989), *História de Portugal, Volume IX, O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, s.l., Editorial Verbo.
- Silva, Armando Malheiro (2006), *Sidónio e Sidonismo, vol. 2 - História de Um caso Político, Coimbra*, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Soares, Alberto (coord.), *Os Generais do Exército- Vol. III, Tomo I*, Biblioteca do Exército Português.
- Sousa, Pedro Marquês (2016), “1916: mobilização para a França”, em *Jornal do Exército, n.º 656*, Lisboa.
- Telo, António (1993), *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, Edições Asa.
- Telo, António (2014), “Um Enquadramento Global para uma Guerra Global”, em *Idn nação e defesa, n.º 139, Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 8-33.
- Telo, António, Pedro Marquês de Sousa (2016), *O CEP, Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Porto, Fronteira do Caos.
- Valente, Vasco Pulido (1999), *O Poder e o Povo, A Revolução de 1910*, 3ª Edição, s.l., Círculo dos leitores, pp. 220-221.

Bonifácio, Luís (2004), *Biografia - Simas Machado*, Benavente. Disponível: <http://cartasportuguesas.blogspot.pt/2004/11/biografia-simas-machado.html>.¹¹⁵

¹¹⁵ Sobre esta fonte importa esclarecer que, estamos bem cientes do real valor científico dos dados recolhidos neste tipo de “sítios”. No entanto, este que aqui citamos tem algumas particularidades que devem ser enunciadas. Em primeiro lugar, foi-nos sugerido pelo professor Carlos Cordeiro, do Departamento de História da Universidade dos Açores, que a ele também fez referência quando, em 2010, teve a oportunidade de desenvolver um trabalho centrado no ilustre José Bruno Tavares Cordeiro. Em segundo lugar, Luís

Direção Geral do Património Cultural, Mosteiro da Batalha, Soldado Desconhecido. Disponível em: <http://www.mosteirobatalha.pt/pt/index.php?s=white&pid=176>. Consultado em: 26 de Agosto de 2016.

Geneall, *José Bruno Tavares Carreiro*. Disponível em: <http://geneall.net/pt/nome/233263/jose-bruno-tavares-carreiro/>. Consultado em: 22 de Agosto de 2016.

wikipédia, *António Maria de Fontes Pereira de Melo*, Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fontes_Pereira_de_Melo; consultado a 8 de Agosto de 2016.

wikipédia, *José Augusto de Simas Machado*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Augusto_de_Simas_Machado. Consultado a: 12 de agosto de 2016.

wikipédia, *Sidónio Pais*, https://pt.wikipedia.org/wiki/Sid%C3%B3nio_Pais; Consultado em 10 de Agosto de 2016.

NOTA:

O autor, apesar de não ter tido a possibilidade de consultar o processo individual do general Simas Machado, que por motivos aparentemente desconhecidos se encontrar desaparecido, agradece o apoio e as facilidades que o Arquivo Histórico Militar garantiu à consulta da documentação disponível.

Agradecemos também à Biblioteca da Academia Militar pelo inestimável apoio à consulta das obras e documentos aqui referenciadas.

A todos eles, um Bem Haja!

Bonifácio, autor do *blog* “Cartas Portuguesas”, propõe-se a dinamizar esta partilha de informação com a finalidade de “apresentar uma perspectiva da 1ª República” com base na correspondência recebida por duas personalidades do regime, Raimundo Meira, coronel de artilharia, Governador-civil de Viana do Castelo, Deputado e Senador pelo Partido Democrático, Governador-geral de Timor e Simas Machado.